



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Infracomunização, responsabilidade percebida e reconhecimento de violência doméstica em função do grupo de pertença, estereótipos associados à vítima e género dos participantes

Pedro Jorge Barreira Loureiro de Almeida

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre

Psicologia Social e das Organizações

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Dr. Jean-Christophe Giger

2014

Infrahumanização, responsabilidade percecionada e reconhecimento de violência doméstica em função do grupo de pertença, estereótipos associados à vítima e género dos participantes

Declaração de autoria de trabalho

Declaro ser a autor deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Copyright: Pedro Jorge Barreira Loureiro de Almeida. Universidade do Algarve. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Agradecimentos

A realização desta dissertação de mestrado só foi possível graças à colaboração e ao contributo de várias pessoas, às quais gostaria de demonstrar o meu agradecimento. Em primeiro lugar à minha família, em particular, aos meus pais Carlos e Lucília Almeida e em especial à Marlene Santos pelo apoio incondicional ao longo destes anos. Expresso sentimento idêntico em relação a todos os meus amigos que me ajudaram a terminar esta etapa. Não podia deixar de agradecer ao meu orientador Professor Dr. Jean-Christophe Giger, pelo apoio e disponibilidade demonstrada ao longo de todo o trabalho.

Resumo:

O objetivo do presente estudo é de forma clara, explorar a discriminação das vítimas de violência doméstica através de uma análise da infrahumanização, responsabilidade percebida e reconhecimento da violência doméstica, em função da pertença grupal (endo grupo vs exo grupo), estereótipos associados à vítima de violência doméstica (tradicional vs não tradicional), e gênero dos participantes (N = 200), com um plano experimental 2x2x2. Foram elaborados para esse efeito, 4 questionários com igual número de itens, mas contendo 4 cenários diferentes com manipulação da pertença grupal e estereótipos associados à vítima. Os resultados revelaram um possível infrahumanização da vítima e mostram que a percepção de responsabilidade e o reconhecimento de um ato como violência doméstica, interage com o gênero dos participantes, estereótipos associados à vítima e pertença grupal.

Palavras-chave: Infrahumanização, Responsabilidade da vítima, Papéis tradicionais de gênero, Estereótipos.

Abstract:

The aim of this study is to clearly explore discrimination against victims of domestic violence through an analysis of infrahumanization, perceived responsibility and recognition of domestic violence in function of the domestic violence victim group membership (in-group vs out group), the victim's stereotypes (traditional vs. non-traditional), and participant's gender (N = 200), with an experimental plan 2x2x2. we developed for this purpose 4 questionnaires with an equal number of items, but containing 4 different scenarios with manipulation of group membership and stereotypes associated with the victim. The results revealed a possible infrahumanization and show that the perception of responsibility and recognition as an act of domestic violence interacts with the gender of the participants, stereotypes and group belonging.

Keywords: Infrahumanization, Victim's responsibility, Gender roles, Stereotypes.

Índice

Introdução	1
Enquadramento Teórico	2
Violência doméstica	2
Tipos de violência doméstica	3
O ciclo da violência doméstica.....	4
Causas e consequências da violência doméstica	4
Os fatores que favorecem a responsabilização da vítima e impedem o reconhecimento da Violência Doméstica	5
Género.....	5
Desigualdade de género na violência doméstica.....	6
Representação Social	6
Normas sociais	7
Estereótipos associados à vítima	8
Teorias sociais e cognitivas na responsabilização da vítima.....	10
Cognição social	10
Teoria da atribuição defensiva	10
Teoria do mundo justo	11
Teoria do pensamento contrafactual	11
A infrahumanização na Violência Doméstica: Uma nova forma de discriminação.....	12
Infrahumanização.....	12
Infrahumanização emocional	13
Violência na Infrahumanização.....	14
Perguntas de investigação e objetivos	14
Método	16
Participantes	16
Instrumentos	16
Questionário	16
Cenário	17
Medidas.....	18
Resultados	20
Análises descritivas das medidas utilizadas	20
Teste de hipóteses	21
Responsabilidade da vítima.....	21

Responsabilidade do agressor	23
Reconhecimento de Violência Doméstica.....	23
Infrahumanização emoções primárias positivas	24
Infrahumanização emoções primárias negativas	25
Infrahumanização emoções secundárias positivas	26
Infrahumanização emoções secundárias negativas	27
Discussão.....	27
Limitação do estudo e sugestões para futuros estudos	32
Implicações práticas	33
Referências bibliografia	35
Anexo 1 - Questionário	54

Índice de Tabelas

Tabela 1 Estatísticas descritivas das medidas utilizadas	21
Tabela 2 Síntese de resultados.....	28

Índice de Gráficos

Gráfico1: Responsabilidade da vítima em função do tipo de mulher e o género dos participantes.	
.....	22
Gráfico 2: Reconhecimento da violência doméstica em função da nacionalidade da vítima (endo vs exo grupo) e o género dos participantes.	
.....	24
Gráfico 3: Atribuição de emoções primárias positivas em função do género dos participantes e do tipo de mulher.....	25
Gráfico 4: Atribuição de emoções secundárias positivas segundo o tipo de mulheres e o género dos participantes.	
.....	26

Introdução

Tajfel (1969) propôs que a percepção está organizada como um processo entre as semelhanças dos membros de uma determinada categoria e as diferenças dos membros de categorias opostas (Doise, Deschamps & Meyer, 1978; Tajfel & Wilkes, 1963). Aprendemos este processo de categorização através da socialização que permite criar categorias como por exemplo homem e mulher. O recurso a estas categorias no quotidiano por parte dos indivíduos provoca falta de percepção de outras categorias individuais. No caso de violência contra a mulher, a categorização da vítima como tradicional ou não tradicional, à semelhança dos estereótipos, pode provocar uma percepção enviesada da vítima. Para o presente estudo vamos abordar a temática da violência doméstica pois ocorre principalmente violência sobre a mulher, que segundo Dantas-Berger e Giffin (2005), é qualquer ato de violência de género que resulte, ou tenha probabilidade de resultar, em prejuízo físico, sexual ou psicológico.

Estatística de 2013 da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), apresentam 37.222 atendimentos, 11.800 processos de apoio e 8.733 vítimas diretas do crime de violência doméstica. Relativamente ao sexo das vítimas, pode-se concluir, que as mulheres têm vindo a representar a maior percentagem de vítimas com 82,8% das situações assinaladas do sexo feminino, de nacionalidade portuguesa (90,8%), com mais de 30% casadas e 23,5 solteiras. Das restantes nacionalidades, o que registou maior número foi o Brasil (2,8%).

São vários os estudos que procuram compreender a violência doméstica, e consequentemente a violência de género, uma vez que a mulher continua a ser a principal vítima. Passando este fenómeno a ser considerado por alguns autores um problema social e de saúde pública (Adeodato, Carvalho, Siqueira & Souza, 2005). Os estudos de Burman e Cartmel (2005) sobre as atitudes da juventude em relação à violência de género, revelaram um número significativo de jovens que percecionam a violência contra as mulheres, como aceitável. O que facilita a responsabilização da vítima pelo incidente, estando este fator em consonância com a sociedade (Burt 1991). Este facto deve-se à importância na sociedade das normas tradicionais de género e estereótipos que influenciam a percepção de responsabilidade (Burt, 1980; Check & Malamuth, 1983; Bohner, et al.1998; Krahe, 1988). O facto de existir nas sociedades a tendência de assumir que a vítima fez algo para provocar a situação (Nicole, Copezza & Ximena., 2008) porque esta representa uma forma de aceitar a violência do homem sobre a mulher, e assim, em casos de violência doméstica a vítima será mais

responsabilizada, o agressor desculpabilizado e a situação será menos reconhecida como um ato de violência doméstica, com a vítima por exemplo, a ser percebida como provocadora ou conflituosa (Pavlou & Knowles 2001; Pierce & Harris 1993; Witte, Schroeder, & Lohr, 2006). Neste sentido a associação de características negativas pode gerar discriminação da vítima de violência doméstica porque ela pertence àquele grupo (Allport, 1954), e desta forma ocorrer infrahumanização.

Avançamos a hipótese de os participantes masculinos responsabilizarem mais a vítima, desculpabilizarem mais o agressor e reconhecerem menos uma cena de violência doméstica que os participantes femininos. Apresentamos a hipótese de ocorrer uma infrahumanização da vítima por parte dos participantes masculinos, pois estamos perante a interação de dois grupos na sociedade.

Enquadramento Teórico

Violência doméstica

Considera-se violência doméstica “*qualquer ato, conduta ou omissão que sirva para infligir, sofrimentos físicos, sexuais, mentais ou económicos, de modo direto ou indireto (ameaças) a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico (crianças, jovens, mulheres adultas, homens adultos ou idosos) ou que, não habitando no mesmo agregado doméstico que o agente da violência (cônjuge/ex-cônjuge ou ex-companheiro)*” (Machado, Gonçalves & Abrunhosa, 2003 p. 26). Mas, para outros autores a violência doméstica é vista como o resultado de um comportamento que resulta da aprendizagem, como forma de dar resposta aos acontecimentos na sociedade, como por exemplo, o *stress*, que resulta do desemprego, pobreza, dissolução da família ou mudanças nos papéis sexuais (Gelles, 1993, Straus, 1980, Straus & Gelles, 1990). Alguns autores também consideraram a violência doméstica como o produto de patologias individuais (Dutton, 1998; Geller, 1992; Neidig & Friedman, 1984).

Na opinião de feministas radicais que estudam a violência doméstica, é através da violência que o homem exerce poder e controle sobre a mulher (Bograd, 1990; Yllo, 1993), e que o consumo de substâncias ou problemas sociais podem estar presentes na violência doméstica mas não são a causa (Miller & Wellford, 1997). Estudos mostram ainda que “*a violência é o resultado da existência de uma ordem hierárquica, ou seja, trata-se de alguém que julga que os outros não são tão importantes como ele próprio e*

que esta é uma atitude que abre a porta à violência nas relações” (Machado e Gonçalves, 2003, p. 34).

Como podemos constatar, a definição de violência doméstica não é sincrónica. A dificuldade de a definir deve-se ao facto de a violência doméstica pertencer à esfera privada dos indivíduos (Hanada, 2007), o que a torna num “*fenómeno bastante complexo e composto por diversos fatores, sejam eles, sociais, culturais, psicológicos, ideológicos, económicos, etc.*”. (Costa, 2003). Mas podemos concordar que o lar é “*o espaço privilegiado da violência contra as mulheres e a violência é transversal a todas as classes sociais, diferenciando-se, contudo quando analisada segundo as suas formas/tipos de manifestação*” (Pais 1998, p. 51).

Tipos de violência doméstica

A violência doméstica pode manifestar-se de várias formas, mas a maioria dos autores concorda que são principalmente: a violência física, a violência psicológica, e a violência sexual (Farley, 1992).

Segundo Day et al. (2003), a violência física ocorre quando um indivíduo causa ou tenta causar lesões por meio de força física, onde pode existir o recurso a algum tipo de arma ou instrumento. Violência sexual consiste na imposição de práticas sexuais recorrendo à intimidação, com muitas vítimas a não reconhecer estes comportamentos como crime, devido sobretudo à crença presente nas sociedades de submissão da mulher ao homem (Manita, Ribeiro & Peixoto 2009). Podemos considerar que existe violência psicológica quando o comportamento dos indivíduos demonstra desprezo, crítica, humilhação ou acusações sucessivas (Manita, Ribeiro & Peixoto 2009). Esta forma de violência pode também ser usada juntamente com outras formas de violência (O’Leary 1999; Saffioti, 1999). Apesar de ser comum, ela é também considerada menos grave (Capezza & Arriaga 2008a, b).

A importância do tipo de violência pode ser demonstrada nas experiências conduzidas por Langhinrichsen e Monson (1998), sobre as crenças na violação entre casais casados. Nos resultados, os participantes responsabilizaram mais a vítima e minimizaram a violação, quando não tinham conhecimento de um passado violento entre o casal, onde o exercício das diversas formas de violência é por vezes recorrente, tornando-se cíclicas.

O ciclo da violência doméstica

Como referido, a violência doméstica assume diversas formas, podendo ocorrer situações que conjugam a violência física, psicológica e sexual, mas estas podem ser também cíclicas, com um aumento de violência (Alarcão, 2002). O ciclo da violência doméstica contra a mulher é caracterizado segundo Dobash e Dobash, (1992) por três fases. Sendo a primeira de acumulação da tensão, com agressões menores e pouco frequentes. Na segunda fase ocorre uma explosão de violência, com agressões mais intensas e frequentes. Por fim, na terceira fase ocorre o arrependimento, a violência desaparece temporariamente, com a vítima a sentir responsabilidade de manter a relação familiar. Para os autores Osório, Andrade, Temba, Cristiano e Levi (2001) os principais componentes do ciclo de violência são: o começo; o abuso; o medo das consequências; a racionalização; o contínuo abuso emocional e o contínuo abuso físico.

As formas de violência e o seu exercício cíclico sobre as vítimas aliada à dificuldade de prever quando e o que vai provocar uma situação de violência pode tornar a vítima numa pessoa passiva e acomodada à situação (Costa & Duarte, 2000). Para além da dor física a vítima pode também desenvolver problemas psicológicos associados á temáticos da violência doméstica.

Causas e consequências da violência doméstica

Muitos estudos têm salientado os riscos que as vítimas enfrentam, como resultado da violência doméstica (Koss & Hoffman, 2000; Krauss & Krauss, 1995, Ferraro, 1989).

Day et al. (2003) menciona que as sequelas psicológicas da violência doméstica são ainda mais graves que os efeitos físicos pois destrói a autoestima da mulher (Arias & Pape 1999; Sackett & Saunders 1999).

Segundo Kashani e Allan, (1998) os efeitos da violência doméstica aumentam a probabilidade de a vítima sofrer problemas psicológicos, como depressão, fobia, stresse pós-traumático, tendência de suicídio e consumo excessivo de álcool e drogas.

Para Amaral, Guimarães, Andrade e Frota, (2001) violência doméstica pode ser interpretada como a crença de dominação masculina, com todas as formas de violência a destruir o autorrespeito e a autoestima da vítima. Existe desta forma o receio por parte da vítima de ter um “*futuro vazio*” (Torres & Espada, 1996) e negar a violência doméstica com receio de não acreditarem no seu testemunho (Sani 2011).

Podemos assim compreender a violência doméstica, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), como um problema de saúde pública devido às consequências para a integridade física e psicológica da vítima que frequentemente recorre aos serviços de saúde aumentando as despesas no tratamento deste problema (Grossi, 1996).

Compreendido o conceito de violência doméstica e as suas consequências, permanece a questão relativamente à sua manutenção nas sociedades. Apesar de várias campanhas no sentido de reduzir este comportamento e o aumento de participações às autoridades, ele é recorrente nas sociedades modernas, estando muitas vezes o conhecimento comum da população associado a uma maior responsabilização da vítima, o que impede o reconhecimento das situações de violência doméstica.

Os fatores que favorecem a responsabilização da vítima e impedem o reconhecimento da Violência Doméstica

Gênero

Podemos considerar que o desenvolvimento social dos indivíduos desenvolve-se em consonância com a identidade de género. Neste sentido, uma identidade de género (homem ou mulher) possui um papel de género correspondente, ou seja, uma serie de normas de comportamento exterior, com a cultura a estabelecer as normas apropriadas para cada sexo. Para o presente estudo, o género é de extrema importância e segundo Louro (1997 p. 77) é “*o modo como as diferenças sexuais são compreendidas numa dada sociedade, num determinado grupo, em determinado contexto*”. As diferenças entre homens e mulheres estão presentes no nosso quotidiano e guiam as nossas atitudes no dia-a-dia, como por exemplo na forma de falar, vestir e agir (Powell 1993). Alguns investigadores sugerem que o *viés* de género é criado devido à diferença de poder entre os sexos (Feather, 1996) que permanece nas sociedades através das escolas ou outras instituições públicas (West & Zimmerman 1991).

A relevância do género na responsabilização da vítima foi demonstrada nas experiências de Kristiansen e Giulietti (1990), que revelaram as diferenças na perceção de homens e mulheres na atribuição de responsabilidade ao agressor e à vítima com o sexo masculino a responsabilizar mais a vítima do sexo feminino. De forma a reforçar estes resultados, vários estudos mostraram que, em geral, os homens são mais tolerantes à violência de género (Nayak, Byrne, Martín, & Abraham, 2001; Newcombe, Eynde,

Hafner, & Jolly, 2008; Valor-Segura, Expósito, & Moya, 2008). O que realça a desigualdade entre os sexos e a sua potencial discriminação.

Desigualdade de género na violência doméstica

As crianças começam cedo a comportar-se de acordo com as expectativas dos pais, como por exemplo os meninos brincam com carros e as meninas com bonecas. Nos estudos de (Best et al., 1977) crianças de ambos os sexos tinham de escolher características típicas de homens e mulheres, o resultado revelou que 90 % das crianças pensam em adjetivos como fraco, compreensivo e meigo mais ligados à mulher e adjetivos como forte, agressivo e independente ao homem. De um modo geral os participantes demonstram os mesmos estereótipos. O género apresentasse como um diferenciador nas relações de poder, entre homens e mulheres e desta forma surgem as desigualdades entre os sexos, que são consideradas normais, pois é a partir deste processo que os indivíduos constroem a sua identidade na sociedade.

Para além das diferenças físicas entre homens e mulheres, o sexo masculino é inculcado de fatores como a não exteriorização dos seus sentimentos, domínio e agressividade. Em contrapartida, o sexo feminino, reconhecido na sociedade como o “sexo frágil” (Azevedo, 1985), deve identificar-se com a mãe e com as características definidas como femininas (afetivas, sensíveis) (Badinter, 1993; Passos, 1999).

A manutenção e reforço de comportamentos considerados de desigualdade segundo Sedikides (1997) provem da perceção dos indivíduos, sobre a influência de atitudes e crenças de um grupo de referência, como forma de guiar as suas próprias atitudes, e desta forma ocorre a manutenção de comportamentos típicos do sexo masculino e feminino.

Representação Social

Representações sociais são geradas no decurso de conflitos sociais, como por exemplo a diferenciação de homens e mulheres, que refletem pontos de vistas exclusivos sobre o mesmo objeto.

Representação social é o resultado da interação social, especificamente refere-se ao conhecimento presente no senso comum que permite lidar com processos sociais, como uma ação simbólica (Moscovici 2003), que permite evocar um dado acontecimento direcionado a pessoas ou objetos (Moscovici, 1969). Têm como objetivo tornar algo que é desconhecido em familiar, ou seja, categorizar novos acontecimentos

de forma a operacionalizá-los no cotidiano dos indivíduos de determinada cultura. Como afirmam, Assis et al. (2004, p. 10) “*As representações sociais orientam a conduta e a comunicação social e estabelecem uma realidade sócio cultural comum*”, trata-se de “*uma forma de modalidade de conhecimento, socialmente elaborada e repartida, com um objetivo prático*” (Jodelet, 1989. p.36). Este processo passa a ser utilizado pelos indivíduos, como um instrumento de orientação dos comportamentos (Moscovici, 1961).

Normas sociais

Podemos considerar que as normas de grupo criam nos indivíduos uma expectativa e desta forma revela-se como um mecanismo de controle social e individual. Ao nível de grupos as normas sociais são indicações de comportamento e como foi salientado, o género e as suas diferenças criam representações sociais que guiam o comportamento dos indivíduos, e desta forma podemos considerar as normas sociais como as regras, que determinam como as pessoas devem ou não agir em determinadas situações dentro das sociedades (Aiken & Goldwasser, 2010). De acordo com a teoria das normas sociais, as pessoas preocupam-se com a forma como os outros as veem, o que aumenta a motivação para agir em conformidade, para ganhar a aprovação e evitar a desaprovação dos outros (Aiken & Goldwasser 2010). O que para além de estimular a aprovação, de acordo com Berkowitz (2004), pode também influenciar as perceções de comportamentos, como a perceção de atitudes tolerantes com a violência doméstica que influencia, por exemplo, a intervenção do observador (McMahon & Alexandria, 2011).

Através dos estudos desempenhados na temática das normas tradicionais de género, foi possível observar a tendência de idealizar a mulher que está em consonância com as normas estabelecidas pela sociedade e que são de conhecimento comum. Podemos considerar desta forma que os papéis tradicionais de género vão determinar a negação ou a justificação de violência contra as mulheres. (Bridges, 1991; Simonson & Subich, 1999; Yamawaki & Tschanz, 2005).

Na teoria feminista, está enraizada a ideia que a violência contra as mulheres pelos companheiros é o resultado da interacção nas sociedades, que direta e indiretamente, permite aos homens dominar e controlar a mulher (Adams, 1988; Dobash & Dobash, 1979; Margolin & Burman, 1993). Uma vez que as normas e crenças estão presentes na sociedade e ditam que a mulher deve ser submissa, o uso da violência não é penalizada, o que fomenta a sua continuidade (Carden, 1994, Azevedo, 1985).

Estabelecendo assim o conceito de norma social que se encontra na base da interação social.

Estereótipos associados à vítima

O domínio dos estereótipos é muito vasto para este estudo, e desta forma procuramos fornecer uma perspetiva geral. Estereótipos são estruturas cognitivas que contêm os nossos conhecimentos e expectativas, e que determinam os nossos julgamentos e avaliações, acerca de grupos sociais e dos seus membros. (Hamilton & Trolie, 1986). Desta forma guiam a atenção e a interpretação dos indivíduos. No que diz respeito a estereótipos de género, podemos dizer que são crenças partilhadas sobre determinadas qualidades, em função da sua inclusão no grupo feminino ou masculino. Os estereótipos ligados ao sexo dos indivíduos na nossa cultura são óbvios. Podemos afirmar que a sociedade tem diferentes expectativas sobre o que homens e mulheres devem fazer.

Segundo Fiske (1998) todas as interações de grupos são influenciadas pelos estereótipos, o que provoca a ativação de diferentes categorias em relação a um determinado grupo social. Se pensarmos nas *“interações heterossexuais, a sociedade espera que os homens sejam dominantes e as mulheres passivas e submissas”* (Yamawaki, 2007 p. 2). Para além dos diferentes grupos (homens e mulheres), existe também a classificação nas sociedades de subgrupos, o que leva a uma diferenciação das mulheres em tradicionais (dona de casa) ou não tradicionais (advogada) (DeWall, Baumeister, Stillman & Gailliot, 2005).

De acordo com o modelo de Fiske, Xu, Cuddy e Glick, (1999), os estereótipos, levam as mulheres tradicionais, como donas de casa, a serem percecionadas como pobres em competência, mas também com sentimentos de proteção (Fiske, Cuddy, Glick & Xu, 2002). Por outro lado, uma mulher não tradicional, como advogada, é percecionada com elevada competência, mas é também considerada pelos homens como competição, o que a torna indesejada (Rudman 1998, Eckes 2002; Fiske, Xu, Cuddy & Glick, 1999).

Fiske, Cuddy, e Glick, (2007) utilizaram os estereótipos para compreender o processo que leva a uma maior responsabilização de certo tipo de mulheres e mostraram que a identificação de traços ligados à mulher tradicional, era mais rápido e acessível, do que a identificação de traços associados à mulher não tradicional (Willis & Todorov, 2006; Wojciszke, Bazinska & Jaworski, 1998). Concluíram assim, que a perceção de

traços ligados à mulher tradicional é mais utilizado como critério de avaliação. Podemos deduzir que a percepção do observador em situações de violência doméstica privilegia as características da mulher tradicional.

No caso de vítimas não tradicionais os estudos de Viki e Abrams (2002), constataram que as mulheres percebidas de ter "má reputação" são mais responsabilizadas devido, por exemplo, ao consumo de álcool (Cassidy & Hurrell, 1995; L'Armand & Pepitone, 1982; Luginbühl & Mulin, 1981; Corcoran & Thomas, 1991; Johnson, 1995), pois este comportamento é percebido como uma quebra das normas tradicionais de gênero (Frese, Moya, & Megías, 2004; Schuller & Wall, 1998). Desta forma, e de acordo com Cassidy e Hurrell (1995), a percepção do comportamento da vítima, pode ter influência sobre as reações dos observadores, pois existe na sociedade a tendência de idealizar as mulheres que estão em conformidade com os papéis tradicionais de gênero (Glick, et al. 2000), que provem das crenças estereotipadas que frequentemente vêm à mente com facilidade, inadvertidamente e sem consciência (Devine, 1989; Dovidio, Evans & Tyler, 1986), o que influencia as percepções dos outros (Higgins, Rholes & Jones, 1977; Bargh, Chen & Burrows, 1996; Kawakami, Young, & Dovidio, 2002).

Fiske, Xu, Cuddy e Glick, (1999) nas suas análises dos estereótipos sugeriram também que os estereótipos negativos manifestam-se mais nas percepções dos subgrupos do que nas classificações gerais dos grupos sociais, por conseguinte, é possível que, as mulheres em geral não sejam infrahumanizadas, mas os subgrupos femininos, como mulheres tradicional (donas de casa) e não tradicional (advogada) são.

Desta forma o conhecimento de um indivíduo, pode ser diretamente relacionado com o comportamento dos outros no contexto das interações sociais. Para o presente estudo, procuramos estabelecer uma relação entre a percepção da mulher tradicional e não tradicional como princípio para uma maior ou menor responsabilização das vítimas, devido a uma diferenciação na atribuição de responsabilidade das vítimas que são diferenciadas em "boas" ou "más".

Teorias sociais e cognitivas na responsabilização da vítima

Cognição social

A resposta de um indivíduo a uma situação social depende do modo como ele a conhece, desta forma a cognição social refere-se à forma como os indivíduos pensam, especificamente descreve a forma como seleciona, interpreta, relembra e utiliza a informação social para fazer julgamentos e tomar decisões. São estruturas cognitivas e processos que moldam a nossa compreensão de situações sociais e conhecimento acerca de qualquer “objeto humano” (Fiske e Taylor, 2008), o que gera a formação de impressões, expectativas, atitudes e representações sociais. No estudo dos processos cognitivos inseridos em contexto social, podemos realçar os estudos de Albert Bandura, que demonstrou a forma como os indivíduos reagem a estímulos, o que leva à aprendizagem através de experiências. Tendo como base os seus pensamentos, convivência, crenças e expectativas. O que leva o indivíduo a desencadear respostas comuns dentro de uma determinada cultura, uma vez que “ *a maior parte do comportamento humano é aprendido pela observação através da modelagem. Pela observação dos outros, uma pessoa forma uma ideia de como novos comportamentos são executados e, em ocasiões posteriores, esta informação codificada serve como um guia para a ação.*” (Bandura, 1977, p22).

Podemos concluir que o comportamento social depende, em parte, do modo como os indivíduos interpretam as situações que encontram e o sentido que dão à realidade.

Teoria da atribuição defensiva

Teoria defensiva é um termo da psicologia social e caracteriza-se por um conjunto de crenças relacionadas com a responsabilidade direcionada a uma determinada situação. Segundo Shaver (1970), baseia-se na noção de que quando existe uma similaridade pessoal ou contextual, entre o observador e a vítima, aumenta a probabilidade de atribuir menos responsabilidade à vítima. Desta forma as mulheres vão defender o seu grupo e responsabilizar mais o homem em casos de violência doméstica, porque elas também podem ser vítimas. Por outro lado os homens vão desculpabilizar o agressor por este pertencer ao mesmo grupo e de certa forma considerarem que ele tem motivos para ser violento. A teoria é consistente com os estudos de Jimenez e Abreu

(2003), onde os entrevistados do sexo feminino, atribuem menos responsabilidade a mulheres vítimas quando se examinam as percepções de gênero. As causas de eventos ou a sua explicação originam atribuição de mais responsabilidade que varia em função do resultado ou similaridade para com a situação da vítima. (Kassin, Fein & Markus 2008)

Teoria do mundo justo

Todas as pessoas têm um nível de certeza em relação ao seu ambiente e sabe o que dele pode resultar (Weary & Edwards, 1994). Esta crença permite ao indivíduo manter um nível de certeza e segurança. A teoria do mundo justo segundo Lerner e Simmons (1966) baseia-se no conceito de que o mundo é um lugar justo, e as coisas "más" só acontecem a pessoas "más". Mas de acordo com Lerner e Miller (1978) a existência de vítimas inocentes aponta que o mundo é injusto e, como resultado, leva à dissonância cognitiva. Posteriormente, como forma de combater a dissonância cognitiva, responsabiliza-se a vítima pela situação e desta forma a crença no mundo justo é restaurada (Rubin & Peplau, 1973). O observador tem o raciocínio e consequente percepção de que o destino da vítima é um castigo merecido, ou auto-infligido (Lerner & Matthews, 1967) e, desta forma, preferem responsabilizar a vítima em vez de mostrar desaprovação pela situação (Lerner, 1965). Consequentemente ocorre uma maior responsabilização da vítima, na tentativa de estabelecer o controle e dar sentido aos acontecimentos, que de outra forma são desconfortáveis (Lerner, 1980; Shaver 1985). Desta forma, equidade entre os sexos é entendida como o equilíbrio entre ações e consequências dessas ações (Lerner, 1980).

Para aqueles que têm uma forte crença no mundo justo, o sentimento de proteção leva a proteger essa crença, mesmo à luz da forte evidência (Lerner & Miller, 1978). Com alguns autores a demonstrar que se o observador tem a oportunidade de, adequadamente, modificar a sua percepção da vítima (Berscheid & Walster, 1967) e restaurar a justiça, a maior parte opta por fazê-lo (Lerner & Simmons, 1966).

Teoria do pensamento contrafactual

Wong e Weiner (1981), com a teoria do pensamento contrafactual reconhecem a tendência de responsabilizar a vítima, como forma de processar a informação. De acordo com esta teoria os indivíduos não esperam acontecimentos negativos, assim, quando um evento negativo ocorre existe a necessidade de entender a sua causa, o que permite evitar acontecimentos negativos no futuro (Morris & Moore, 2000).

Para Mandel (2003), existem dois tipos de pensamento contrafactual, os ascendentes e descendentes. Pensamento contrafactual ascendente centra-se em como seria possível obter um resultado melhor da situação de violência doméstica, o pensamento contrafactual descendente, levanta a possibilidade de o resultado ser muito pior. Na pesquisa realizada por Branscombe, Owen, Garstka, e Coleman, (1996) os resultados sugerem que os eventos negativos graves, como a violação, levam a um pensamento contrafactual ascendente, com os observadores a responsabilizar posteriormente a vítima pela situação.

A infrahumanização na Violência Doméstica: Uma nova forma de discriminação

Infrahumanização

Segundo Leyens et al. (2003, p.705) *"infrahumanização expressa o sentido de que alguns humanos são considerados menos humanos do que outros"* Esta percepção de humanidade resulta de uma associação de essências consideradas mais humanas a um grupo social. O que de certa forma os "define" e diferencia. Ocorre assim uma categorização que provoca a formação de estereótipos, direcionados a um determinado grupo (Haslam, Rothschild, & Ernst, 2000; Rothbart & Taylor, 1992). O facto de a categorização ser uma necessidade cognitiva do indivíduo para compreender e simplificar objetos e fenómenos sociais (Allport, 1954), fornece pré julgamentos que guiam o comportamento dos indivíduos, e dão origem a uma hierarquização.

Gordon Allport em 1954, publicou a sua definição de infrahumanização como *"uma atitude evitativa ou hostil contra uma pessoa que pertence a um grupo simplesmente porque ela pertence àquele grupo, e está, portanto, presumido que objetivamente ela tem as qualidades atribuídas ao grupo"* (Allport, 1954, p.7). Sendo esta definição de infrahumanização mais utilizada nos estudos sobre o tema.

Segundo Vala, Lima, (2005 p.145) *"vários estudos têm verificado que as características tipicamente humanas são os valores (Schwartz & Struch, 1989), a cultura (Moscovici & Pérez, 1999), a linguagem, a inteligência e a capacidade de expressar sentimentos (Leyens et al., 2000). De modo que, negar aos exo grupos algum desses elementos é uma forma de infra-humanização"* Se considerarmos a conclusão de Vaes, Paladino, Castelli, Leyens, e Giovanazzi, (2003) a respeito da infrahumanização ocorrer de uma forma subtil e fora do controlo do observador, *"o efeito de infrahumanização pode ser generalizado a estereótipos"* (Vaes 2006 p. 12). O que leva

á discriminação porque existe uma atitude adversa perante uma característica específica e diferente. Uma pessoa pode ser discriminada por causa da sua raça, do seu género, orientação sexual, nacionalidade, religião, situação social, etc.

Infrahumanização emocional

Para melhor compreender a infraumanização emocional é necessário estabelecer a diferenciação entre emoções primárias e emoções secundárias e posteriormente o que implica a atribuição de cada uma delas ao exo grupo. As emoções secundárias são percebidas como exclusivas dos seres humanos (ex. paixão) e as emoções primárias são comuns entre os seres humanos e animais (ex. medo). Neste sentido a maior atribuição de emoções secundárias ao grupo de pertença revela uma infrahumanização emocional do exo grupo (Cortes, Demoulin, Rodriguez S., Rodriguez R., & Leyens, 2005; Demoulin, Cortes, Viki, Rodriguez, A., Rodriguez, R., Paladino, & Leyens, 2009; Leyens et al. 2000; Gaunt, 2009; Ekman, 1992; Demoulin, et al., 2004; Rohmann, Niedenthal, Brauer, Castano, & Leyens, 2009). Podemos acrescentar segundo Leyens, et al. (2001) que a ocorrência de infrahumanização entre grupos não depende de diferenças na atribuição de emoções primárias, mas sim a ausência de emoções secundárias.

Greenwald, McGhee e Schwartz, (1998), acrescentaram que a infrahumanização de grupos com a atribuição de menos emoções secundárias, ocorre apenas quando o exo grupo é relevante para o endo grupo, como demonstrado nas experiências de Cortes, Demoulin, Rodriguez, Rodriguez, e Leyens, (2005), onde participantes Belgas infrahumanizaram Polacos quando existia a perceção de competição. Demoulin et al., (2002) acrescenta ainda que estes resultados também se verificam no caso de interesses em comum, como por exemplo a carreira profissional, mas não ocorrem quando os grupos são formados ao acaso. Outro estudo realizado por Demoulin et al., (2004) *‘mostram que as pessoas consideram as emoções primárias como mais visíveis do que as emoções secundárias, pode-se argumentar que a atribuição de emoções secundárias e primárias, não são o resultado de infrahumanização, mas a consequência de uma maior proximidade com o “endo grupo”, pelo facto de as emoções secundárias serem mais difíceis de observar, porque são menos visíveis e menos intensas do que as emoções primárias (Shaver, Wu, & Schwarz, 1992) ‘‘* (Cortes, Demoulin, Rodriguez, Rodriguez & Leyens 2005 p. 2). Desta forma a familiaridade do individuo com o tipo de vítima ou situação pode também originar a perceção de mais emoções secundárias.

Violência na Infrahumanização

O estudo da violência pode ajudar na compreensão da passividade de algumas pessoas a situações de violência doméstica, pois a percepção de comportamentos violentos leva a uma visão mais negativa dos outros (Berkowitz, 1984, 1986; Berkowitz & Rogers, 1986; Bushman, 1998; Josephson, 1987, Anderson et al., 2003;). O que levanta também a questão de incentivar e facilitar a repetição do mesmo comportamento (Berkowitz, 1984, Anderson & Doherty, 2008; Bandura, 1983; Berkowitz, 1973), pois facilita a exclusão moral do exo grupo (Bar-Tal, 1990; Kelman, 1973; Opatow, 1990). Comportamentos violentos segundo Otten e Stapel, (2007) são também facilmente percebidos nos exo grupos, mesmo quando este grupo não está associado a comportamentos (estereótipos) de agressividade. A consequência deste processo é a manutenção e aceitação da violência na sociedade, principalmente no caso da violência doméstica.

Delgado, Rodriguez, Vaes, Leyens e Betancor (2009), de forma a comprovar que a percepção de violência leva à infrahumanização do exo grupo, realizaram um estudo onde os participantes observaram uma série de imagens retiradas de uma base de dados com fotografias de violência e infrahumanização (*Sistema Affective Picture International* (IAPS)) (Lang, Bradley, & Cuthbart, 2005) e constataram que a exposição a comportamentos violentos entre humanos desencadeia infrahumanização em direção ao exo grupo.

Neste sentido, para o presente estudo, estamos interessados em verificar se a exposição a cenas violentas, como no caso de violência doméstica, podem provocar ou manter situações consideradas de infrahumanização em direção a um grupo, ou “subgrupo”. Considerando o facto de que perceber outras pessoas como seres humanos ativa reações empáticas, o que segundo Bandura (1990), dificulta o uso de violência.

Perguntas de investigação e objetivos

De acordo com a revisão de literatura nesta área parece-nos pertinente perspetivar que nas sociedades atuais existem papéis normativos de género, que ao longo da nossa vida ditam a forma como nos comportamos. O que vai influenciar consequentemente a identificação social dos indivíduos. A sociedade provoca a associação de estereótipos direcionados às mulheres tradicionais ou não tradicionais

segundo as normas tradicionais de género. Nomeadamente, e para o presente estudo, as vítimas são classificadas de tradicional (dona de casa), ou não tradicional (advogada), sendo a diferenciação de "*boas*" e "*más*" relacionada com o cumprimento ou não das normas tradicionais de género e estereótipos.

O objetivo do presente estudo foi explorar a discriminação das vítimas de violência doméstica através de uma análise da infrahumanização, responsabilidade percecionada e reconhecimento da violência doméstica, em função da pertença grupal (endo grupo vs exo grupo), estereótipos associados à vítima de violência doméstica (tradicional vs não tradicional), e género dos participantes (masculinos vs feminino).

Neste sentido os participantes responderam a um questionário, onde era apresentado 1 de 4 possíveis cenários diferentes com a informação da estereotipada da vítima (tradicional vs não tradicional), e pertença grupal (Portuguesa vs Brasileira) manipulada, com o objetivo de encontrar diferenças entre a perceção de homens e mulheres na atribuição de responsabilidade percecionada da vítima de violência doméstica, responsabilidade percecionada do agressor, reconhecimento da violência doméstica e infrahumanização do exo grupo.

As hipóteses avançadas para o presente estudo são:

Hipótese1: Os homens vão responsabilizar mais a vítima de violência doméstica do que as mulheres.

Hipótese 2: Os participantes masculinos vão responsabilizar mais a vítima de violência doméstica tradicional (dona de casa), do que os participantes femininos

Hipótese 3: Os participantes masculinos vão desculpabilizar mais o agressor do que participantes femininos.

Hipótese 4: Os participantes masculinos reconhecem menos uma violência doméstica do que os participantes femininos.

Hipótese 5 Os participantes masculinos vão atribuir menos emoções secundárias do que os participantes femininos.

Método

Participantes

O presente estudo tem como base uma amostra de 200 participantes incluindo 100 mulheres e 100 homens sendo esta amostra probabilística.

A idade dos participantes é superior a 18 anos, e varia de 18 a 68, sendo que a média se situa nos 30.40 de idade com um desvio padrão de 9.65. O estado civil dos participantes corresponde a 117 solteiros (58.5%), 35 casados (17.35%), 24 em união de facto (12%), 1 divorciado (0.5%), 9 assinalaram outro (4.5%) e 13 não responderam (6.13%).

A distribuição do nível de escolaridade dos participantes é de, 1 (0.5%) frequentou o primeiro ciclo (primeiro e quarto ano), 2 (1%) sexto ano, 26 (13%) nono ano, 96 (96%) décimo segundo, 2 (1%) bacharelato, 43 (21.5%) licenciatura, 7 (3.5%) mestrado e 23 (11.5%) dos participantes não respondeu, com uma média de escolaridade de 3.47. No que toca há área de formação dos participantes, 15 (7.5%) revelam formação na área de Artes e Humanidades, 31 (15.5%) Ciências Sociais Comerciais e Direito, 21 (10.5%) Ciências Matemáticas e informática, 21 (10.5%) Engenharias Industriais Transformadoras e Construção, 13 (6.5%) Saúde e Proteção Social, 7 (1.5%) Serviços e 92 (46%) dos participantes não respondeu.

A nacionalidade dos participantes é de 147 (7.5%) Portugal, 3 (1.5%) Africa do Sul, 2 (1%) França, 2 (1%) Brasil, 2 (1%) Estados Unidos da América, 2 (1%) Suíça e 42 (21%) dos participantes não respondeu. A língua materna de 184 (92%) participantes é portuguesa, 5 (2.5%) respondeu outra e 11 (5.5%) não respondeu.

Esta amostra foi recolhida aleatoriamente, entre as zonas de Albufeira e Faro, 146 (73%) dos questionários recolhidos em Faro, 2 (1%) em Albufeira, 44 (22%) em Loulé, 5 (2.5%) em Quarteira e 3 (1.5%) em Almancil.

Instrumentos

Questionário

Foram distribuídos 200 questionários em várias regiões do Algarve, sendo os participantes abordados em locais públicos, e de forma voluntária e anónima,

preenchiam os questionários, sendo estes aplicados de forma direta, e o tempo de preenchimento a rondar os 15 minutos.

Neste trabalho foi utilizado uma metodologia quantitativa, o material utilizado foi um questionário de 50 itens, e foram elaborados 4 questionários com igual número de itens, mas contendo 4 cenários diferentes. No questionário disponibilizado constava no seu cabeçalho uma breve explicação do estudo e informação sobre a confidencialidade dos dados. Posteriormente às medidas de avaliação, eram solicitados alguns dados sociodemográficos tais como a idade, o estado civil, as habilitações, a nacionalidade e a profissão. Antes da prova era realçado novamente a confidencialidade dos dados.

Cada participante respondeu a um questionário que incluía uma medida da responsabilidade da mulher, uma medida da responsabilidade do agressor, uma medida do reconhecimento de violência doméstica e uma medida da inhumanização emocional (Emoções primárias e secundárias - positivas e negativas).

Cenário

Cada um dos 4 cenários expõem um ato de violência doméstica, os detalhes dos quatro cenários foram constantes, com exceção para os estereótipos da vítima (tradicional (dona de casa) vs não tradicional (advogada)), e a sua pertença grupal (endo grupo (Portuguesa vs Brasileira exo grupo)).

No cenário seguinte vemos a vítima Portuguesa tradicional, e entre parenteses é apresentada a manipulação para não tradicional que substitui a parte anterior sublinhada.

«O meu nome é Beatriz, ... desculpe-me, mas... estou muito nervosa e não sei por onde começar. Sou Portuguesa, dona de casa, estou casada há dez anos e tenho 2 filhos. (Sou Portuguesa, advogada e estou casada em união de facto há dez anos, e tenho 2 filhos de um casamento anterior.) A relação com o meu marido era normal, já sabe, às vezes discutimos e isso, mas suponho que é igual em todas as relações...mas nunca tínhamos chegado a isto...Ontem à noite o meu marido viu que estava a conversar *online* com um amigo no *facebook*, com quem sempre mantive uma boa relação, e que, por estar na cidade por alguns dias, quis convidar-me para jantar, e eu acabei por aceitar. Mas quando tentei explicar ao meu marido...ele começou a insultar-me, e, agrediu-me com uma bofetada. Nunca imaginei que a pessoa em quem eu mais confiava

me traísse assim. Agora não posso sair de casa sem ele e começou a controlar tudo o que faço, no computador e no telemóvel. As discussões eram, cada vez mais, frequentes, mas esta foi a pior de todas. Tenho medo que, se ficar em casa, este tipo de situação se repita, mas também temo abandoná-lo. O que posso fazer?»

O próximo cenário tem a vítima Brasileira tradicional, e mais uma vez, entre parenteses é apresentada a manipulação para não tradicional que substitui a parte anterior sublinhada.

«O meu nome é Beatriz, ... desculpe-me, mas... estou muito nervosa e não sei por onde começar. Sou natural do Brasil e estou em Portugal há vinte anos, ...estou casada há dez anos, sou dona de casa e tenho 2 filhos. (Sou natural do Brasil e trabalho como advogada em Portugal há vinte anos, ...estou casada há dez anos e tenho 2 filhos de um casamento anterior.) A relação com o meu marido era normal, já sabe, às vezes discutimos e isso, mas suponho que é igual em todas as relações...mas nunca tínhamos chegado a isto...Ontem à noite o meu marido viu que estava a conversar *online* com um amigo no *facebook*, com quem sempre mantive uma boa relação, e que, por estar na cidade por alguns dias, quis convidar-me para jantar, e eu acabei por aceitar. Mas quando tentei explicar ao meu marido...ele começou a insultar-me, e, agrediu-me com uma bofetada. Nunca imaginei que a pessoa em quem eu mais confiava me traísse assim. Agora não posso sair de casa sem ele e começou a controlar tudo o que faço, no computador e no telemóvel. As discussões eram, cada vez mais, frequentes, mas esta foi a pior de todas. Tenho medo que, se ficar em casa, este tipo de situação se repita, mas também temo abandoná-lo. O que posso fazer?»

Medidas

"Responsabilidade da Mulher" (escala criada para o efeito) é constituída por 14 itens e mede a perceção de responsabilidade da mulher por parte do observador, através de um cenário de violência doméstica. Ex: "A Beatriz é responsável pela situação", "Na verdade, a Beatriz desejou uma relação sexual com o amigo.". Para responder a cada um dos itens, os participantes utilizam uma escala de concordância de 1 (discordo muito) a 7 (concordo muito).

Quando avaliamos a validade dos dados relativos há “responsabilidade da mulher”, o alfa de *cronbach* obtido é de 0.85 (ver Tabela 1). Quanto maior for a pontuação maior a responsabilidade atribuída.

"Responsabilidade do Agressor" (escala criada para o efeito) é constituída por 14 itens e mede a percepção de responsabilidade do agressor pelo observador, através de um cenário de violência doméstica. Ex: " O cônjuge é responsável pelo incidente.", " Mesmo que quisesse, o cônjuge não era capaz de controlar-se...". Para responder a cada um dos itens, os participantes utilizam uma escala de concordância invertida de 1 (discordo muito) a 7 (concordo muito).

Quando avaliamos a validade dos dados relativos há “responsabilidade do agressor”, o alfa de *cronbach* obtido é de 0.72 (ver Tabela 1). Quanto maior for a pontuação maior a responsabilidade atribuída.

"Reconhecimento de Violência Doméstica" (Langhinrichsen - Rohling & Monson, 1998) é constituída por 4 itens, e avalia o grau de violência de um incidente. Ex: "Em que medida sente que a situação foi violenta", "Qual o seu nível de certeza de que este incidente seria considerado violência domestica?". Para responder a cada um dos itens, os participantes utilizam uma escala de concordância de 1 (discordo muito) a 7 (concordo muito).

Quando avaliamos a validade dos dados relativos ao “reconhecimento de violência doméstica”, o alfa de *cronbach* obtido é de 0.80 (ver Tabela 1). Quanto maior for a pontuação mais o evento é reconhecido como violência doméstica.

"Infrahumanização" A medida de Infrahumanização é efetuada recorrendo às emoções primárias e secundárias, que podem ser positivas ou negativas na sua valência (Demoulin et al., 2004). Avaliamos a atribuição de emoções através de 21 itens de **emoções primárias positivas e Negativas e Secundárias Positivas e Negativas**, que avaliam a frequência com que a vítima de violência doméstica, sente cada uma das emoções expostas no questionário e relativas ao cenário apresentado (ver anexo 1). Para responder a cada um dos itens, os participantes utilizam uma escala de concordância de 1 (discordo muito) a 7 (concordo muito). **Secundárias positivas:** Felicidade; Deleite; Gozo; Admiração; Paixão. **Secundárias negativas:** Melancolia; Resignação; Desespero; Vergonha; Rancor; Preocupação. **Primárias positivas:** Alegria; Prazer;

Excitação; Calma. **Primárias negativas:** Cólera; Irritação; Pânico; Exaustão; Agressão, Aversão.

Quando avaliamos a validade dos dados relativos ao “Infrahumanização”, o alfa de *cronbach obtido* para “emoções secundárias positivas” é de 0.81, para as “emoções secundárias negativas” é de 0.80, para “emoções primárias positivas é de 0.80” e para “emoções primárias negativas” é de 0.86 (ver Tabela 1). Quanto maior for o alfa de *cronbach*, maior é a frequência da emoção na vítima de violência doméstica.

Resultados

Análises descritivas das medidas utilizadas

A distribuição normal dos dados é da maior importância, uma vez que é condição para muitos testes estatísticos. Segundo Maroco (2010) há medida que a dimensão da amostra aumenta, a distribuição da média da amostra tende a ter uma distribuição normal. Para que esse facto ocorra é necessário uma amostra mínima de 30 indivíduos, neste estudo foram utilizados 200 participantes o que concede um parâmetro de normalidade.

A assimetria demonstra a normalidade da distribuição dos dados, que pode ser negativa ou positiva. Como a nossa amostra é de 200 participantes, estamos dentro dos valores normais da assimetria, segundo o intervalo considerado recomendado por Maroco (2010). Através do alfa de *Cronbach* é possível verificar se um indicador psicométrico apresenta valores fidedignos. Como podemos ver na tabela 2 os valores apresentados para o alfa de *Cronbach* são superiores a 0.70, que segundo Nunnally (1976), um valor a partir do qual um indicador psicométrico oferece validade.

	Média	Desvio Padrão	Potential Range	Actual Range	Assimetria	Cronbach's alpha
			Mínimo	Máximo		
Responsabilidade da Mulher	2.92	1.25	1-7	1.00 5.60	0.17	0.85
Responsabilidade do Agressor	2.97	1.47	1-7	1.00 6.67	0.35	0.72
Reconhecimento da Violência Doméstica	5.57	1.13	1-7	1.50 7.00	-0.70	0.80
Emoções Secundárias Positivas	2.22	1.14	1-7	1.00 6.00	0.85	0.81
Emoções Secundárias Negativas	4.49	1.26	1-7	1.00 7.00	-0.41	0.80
Emoções Primárias Positivas	2.15	1.31	1-7	1.00 7.00	1.31	0.80
Emoções Primárias Negativas	4.49	1.46	1-7	1.00 7.00	-0.51	0.86

Tabela 1 Estatísticas descritivas medidas utilizadas

Teste de hipóteses

De forma a testar as hipóteses avançadas foi realizada uma **análise de variância** "Anova" 2 (estereótipos da vítima: tradicional vs não tradicional) X 2 (pertença grupal: Portuguesa vs Brasileira) X 2 (género dos participantes: masculino vs feminino) nas variáveis dependentes (responsabilidade da vítima, responsabilidade do agressor, reconhecimento da violência doméstica, emoções primárias positivas, emoções primárias negativas, emoções secundárias positivas emoções secundárias negativas).

Responsabilidade da vítima

Para testar a influência do género dos participantes, estereótipos da vítima e da pertença grupal da vítima na perceção de responsabilidade da vítima de violência doméstica, foi realizada uma análise de variância "Anova" 2 (estereótipos da vítima:

tradicional vs não tradicional) X 2 (pertença grupal: Portuguesa vs Brasileira) X 2 (género dos participantes: masculino vs feminino).

Os resultados mostram um efeito principal significativo entre o género dos participantes $F(1,192) = 22,05, p < .001$, em que os homens ($M = 3.32, DP = 1.25$) responsabilizam mais a vítima de violência doméstica do que as mulheres ($M = 2.52, DP = 1.14$).

Observa-se também um efeito de interação significativo entre os estereótipos da vítima (dona de casa vs advogada) e o género dos participantes, $F(1,192) = 5,12, p < .05$. Os efeitos simples foram utilizados para decompor a interação. Com os resultados a revelarem que quando a vítima é dona de casa, os homens responsabilizam mais a vítima de violência doméstica ($M = 3.53, DP = 1.37$) do que as mulheres ($M = 2.36, DP = 1.001$), $t(98) = -4.89, p < .001$ (ver Gráfico 1).

Quando a vítima de violência doméstica é advogada os homens não responsabilizam mais ($M = 3.10, DP = 1.09$) do que as mulheres ($M = 2.69, DP = 1.24$) $t(98) = -1.750, p = .083$.

O efeito principal da pertença grupal da vítima, e os estereótipos da vítima bem como as restantes interações não eram significativas $p > .05$.

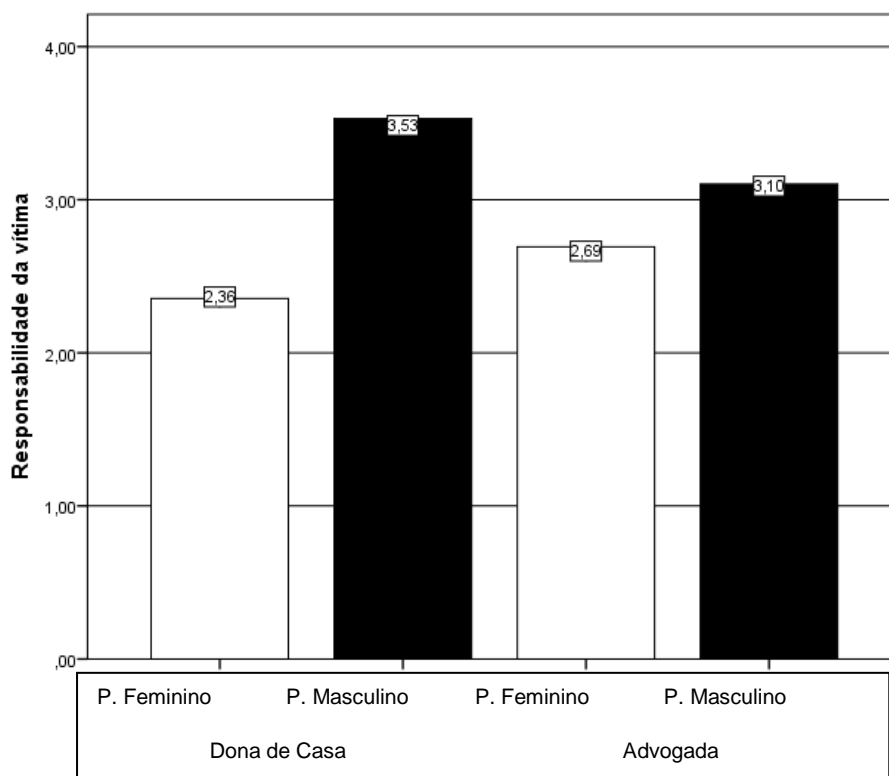


Gráfico1: Responsabilidade da vítima em função do tipo de mulher e o género dos participantes.

Responsabilidade do agressor

Para testar a influência do género dos participantes, estereótipos da vítima e da pertença grupal da vítima na percepção de responsabilidade do agressor no cenário de violência doméstica, foi realizada uma análise de variância "Anova" 2 (estereótipos da vítima: tradicional vs não tradicional) X 2 (pertença grupal: Portuguesa vs Brasileira) X 2 (género dos participantes: masculino vs feminino).

Os resultados mostram um efeito principal de género dos participantes $F(1,192) = 9.78$, $P < .001$, em que os homens desculpabilizam mais o agressor ($M = 4.71$, $DP = 1.44$) do que as mulheres ($M = 5.35$, $DP = 1.43$).

O efeito principal da pertença grupal da vítima, e os estereótipos da vítima, bem como todas as outras interações não são significativas $p > .05$.

Reconhecimento de Violência Doméstica

Para testar a influência do género dos participantes, dos estereótipos da vítima e da pertença grupal da vítima no reconhecimento da violência doméstica foi realizada uma análise de variância "Anova" 2 X (estereótipos da vítima: tradicional vs não tradicional) 2 (estereótipos da vítima: tradicional vs não tradicional) X 2 (pertença grupal: Portuguesa vs Brasileira) X 2 (género dos participantes: masculino vs feminino).

Os resultados mostram um efeito principal significativo no género dos participantes $F(1,192) = 7.60$, $p < .05$, em que os homens reconhecem menos a cena apresentada no cenário como violência doméstica ($M = 5.38$, $DP = 1.22$) do que as mulheres ($M = 5.76$, $DP = 1.00$).

Observa-se também um efeito de interação significativo entre o género dos participantes, e pertença grupal da vítima de violência doméstica, e mostram que os homens reconhecem menos uma cena como violência doméstica ($M = 5.13$, $DP = 1.278$) do que as mulheres ($M = 5.93$, $DP = .937$), quando a vítima de violência doméstica é Brasileira $t(98) = 3.57$, $p = .001$.

Quando a vítima de violência doméstica é Portuguesa não existem diferenças $t(98) = -.20$, $p = .841$ (ver Gráfico 2).

O efeito principal da pertença grupal da vítima, e os estereótipos da vítima, bem como as restantes interações não são significativas $p > .05$.

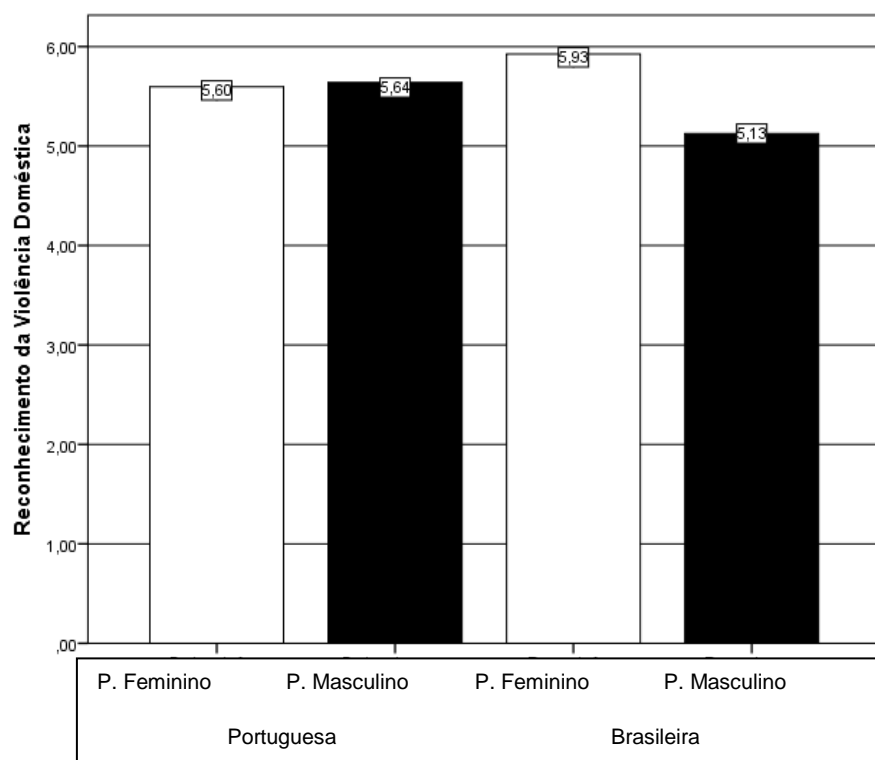


Gráfico 2: Reconhecimento da Violência Doméstica em função da nacionalidade da vítima (endo vs exo grupo) e o gênero dos participantes.

Infrahumanização emoções primárias positivas

Para testar a influência do gênero dos participantes, estereótipos da vítima e da pertença grupal da vítima, na atribuição de emoções primárias positivas há vítima de violência doméstica, foi realizada uma análise de variância "Anova" 2 (estereótipos da vítima: tradicional vs não tradicional) X 2 (pertença grupal: Portuguesa vs Brasileira) X 2 (gênero dos participantes: masculino vs feminino).

Os resultados mostram uma interação significativa entre o gênero dos participantes e os estereótipos da vítima (dona de casa vs advogada) $F(1,192) = 4.38, p < .05$.

Os efeitos simples foram utilizados para decompor a interação entre o gênero dos participantes e os estereótipos da vítima (dona de casa vs advogada). É possível visualizar as diferenças entre homens e mulheres no que diz respeito a atribuição de emoções primárias positivas (i.e. Alegria; Prazer; Calma.). Especificamente, os homens atribuem mais emoções primárias positivas (i. e. Alegria; Prazer; Calma) ($M = 2.44, DP = 1.25$) à vítima de violência doméstica do que as mulheres ($M = 1.80, DP = 1.14$), quando a vítima de violência doméstica é dona de casa, $t(98) = -2.66, p < .05$.

Quando a vítima de violência doméstica é advogada não existem diferenças $t(98) = .056, p = .61$ (ver Gráfico 3).

O efeito principal da pertença grupal da vítima, bem como as restantes interações não são significativas $p > .05$.

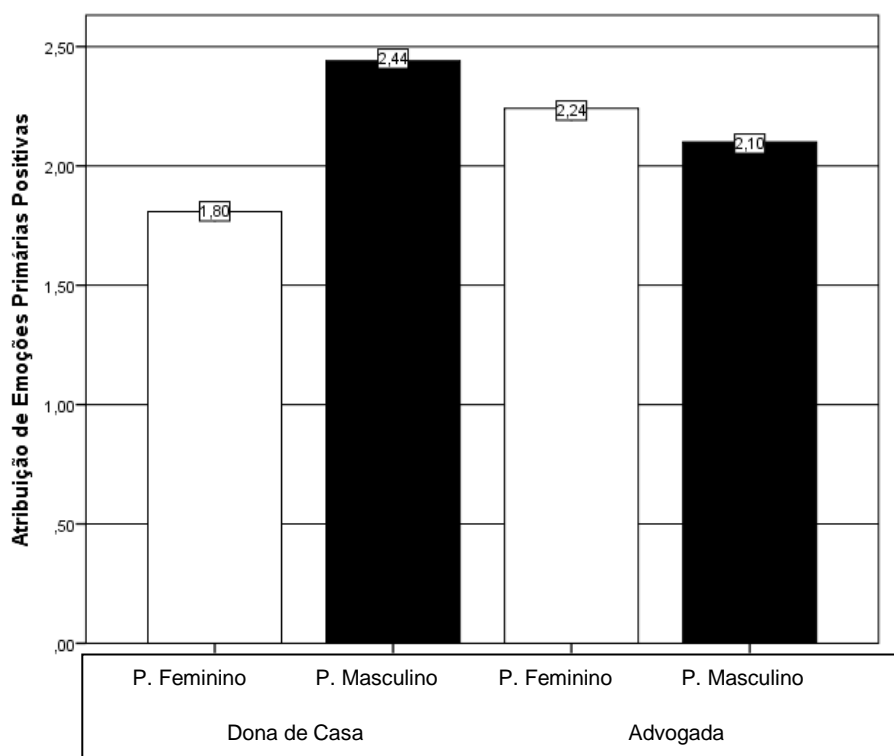


Gráfico 3: Atribuição de Emoções Primárias Positivas em função do género dos participantes e do tipo de mulher.

Infrahumanização emoções primárias negativas

Para testar a influência do género dos participantes, estereótipos da vítima e da pertença grupal da vítima na atribuição de emoções primárias negativas há vítima de violência doméstica, foi realizada uma análise de variância "Anova" 2 (estereótipos da vítima: tradicional vs não tradicional) X 2 (pertença grupal: Portuguesa vs Brasileira) X 2 (género dos participantes: masculino vs feminino).

Os resultados mostram um efeito principal pertença grupal da vítima (Portuguesa vs Brasileira) $F(1,192) = 5.97, p < .05$. Quando a vítima de violência doméstica é Portuguesa os participantes atribuem mais emoções primárias negativas (i. e. Cólera; Irritação; Pânico; Agressão) ($M = 3.32, DP = 1.25$) do que há vítima de violência doméstica Brasileira ($M = 2.52, DP = 1.14$).

O efeito principal do género dos participantes e os estereótipos da vítima, bem como as restantes interações não eram significativas $p > .05$.

Infrahumanização emoções secundárias positivas

Para testar a influência do género dos participantes, estereótipos da vítima e da pertença grupal da vítima na atribuição de emoções secundárias positivas há vítima de violência doméstica, foi realizada uma análise de variância "Anova" 2 (estereótipos da vítima: tradicional vs não tradicional) X 2 (pertença grupal: Portuguesa vs Brasileira) X 2 (género dos participantes: masculino vs feminino).

Os resultados mostram uma interação significativa entre o género dos participantes e os estereótipos da vítima (dona de casa vs advogada) $F(1,192) = 3.90$, $p = .050$. Quando a vítima de violência doméstica é dona de casa os homens atribuem mais emoções secundárias positivas (i. e. Felicidade; Gozo; Paixão) ($M = 2.39$, $DP = 1.25$) do que as mulheres ($M = 1.96$, $DP = 1.14$), $t(98) = -2.08$, $p < .050$.

Quando a vítima de violência doméstica é advogada não existem diferenças $t(98) = .751$, $p = .455$ (ver Gráfico 4).

O efeito principal do género, da pertença grupal da vítima, e os estereótipos da vítima, bem como as restantes interações não eram significativas com $p > .05$.

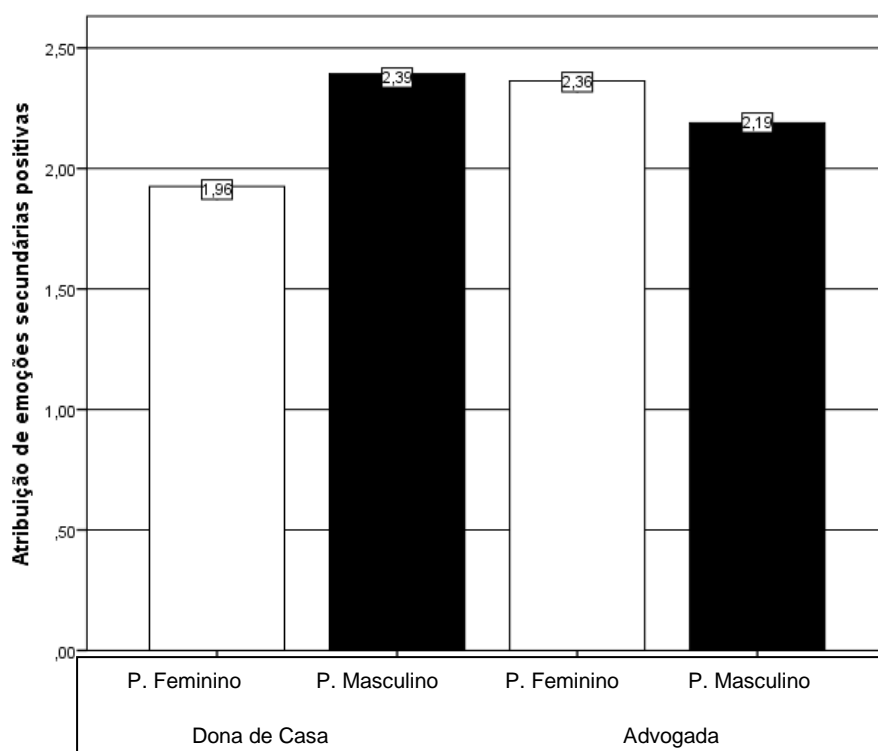


Gráfico 4: Atribuição de emoções secundárias positivas segundo o tipo de mulheres e o género dos participantes.

Infracomunização emoções secundárias negativas

Para testar a influência do gênero dos participantes, estereótipos da vítima e da pertença grupal da vítima na atribuição de emoções secundárias negativas há vítima de violência doméstica, foi realizada uma análise de variância "Anova" 2 (estereótipos da vítima: tradicional vs não tradicional) X 2 (pertença grupal: Portuguesa vs Brasileira) X 2 (gênero dos participantes: masculino vs feminino).

Nos resultados não é possível visualizar diferenças entre homens e mulheres no que diz respeito a atribuição de emoções secundárias negativas (i. e. Desespero; Vergonha; Rancor; Preocupação).

Todos os efeitos principais e de interação não foram significativos com $p > .05$.

Discussão

Um dos objetivos do presente estudo é explorar a temática da violência doméstica através de uma análise da responsabilidade percebida e reconhecimento da violência doméstica, em função da pertença grupal (endo grupo vs exo grupo), estereótipos associados à vítima de violência doméstica (tradicional vs não tradicional), e gênero dos participantes (masculinos vs feminino). Concretamente os resultados revelam que os participantes masculinos responsabilizam mais a vítima de violência doméstica do que os participantes femininos, principalmente quando a vítima é apresentada como tradicional (dona de casa). O agressor por outro lado é desculpabilizado mais pelos participantes masculinos em comparação com os participantes femininos. A respeito do reconhecimento da situação como violência doméstica os participantes masculinos reconhecem menos uma cena como violência doméstica quando a vítima é Brasileira em comparação com os participantes femininos (ver Tabela 2).

O segundo objetivo procura evidências de discriminação da vítima de violência doméstica através do estudo da infracomunização. Os resultados revelaram uma maior atribuição de emoções primárias e secundárias positivas à vítima de violência doméstica na condição de tradicional por parte dos participantes masculinos (dona de casa) (ver Tabela 2).

Hipótese Confirmada / Infirmada	Resultados
<p>Hipótese 1: Os homens vão responsabilizar mais a vítima de violência doméstica do que as mulheres.</p> <p>Confirmada</p>	<p>Os participantes masculinos responsabilizam mais a vítima de violência doméstica do que participantes femininos.</p>
<p>Hipótese 2: Os participantes masculinos vão responsabilizar mais a vítima de violência doméstica tradicional (dona de casa), do que os participantes femininos.</p> <p>Confirmada</p>	<p>Os participantes masculinos responsabilizam mais a vítima de violência doméstica tradicional (dona de casa) do que participantes femininos.</p>
<p>Hipótese 3: Os participantes masculinos vão desculpabilizar mais o agressor do que participantes femininos.</p> <p>Confirmada</p>	<p>Os participantes masculinos desculpabilizam mais o agressor do que participantes femininos.</p>
<p>Hipótese 4: Os participantes masculinos reconhecem menos uma violência doméstica do que os participantes femininos.</p> <p>Confirmada</p>	<p>Os participantes masculinos reconhecem menos uma cena como violência domestica quando a vítima é Brasileira.</p> <p>Quando a vítima de violência doméstica é Portuguesa não existem diferenças entre participantes femininos e masculinos.</p>

Continuação da Tabela da página seguinte

Os participantes masculinos atribuem mais emoções primárias positivas (Alegria; Prazer; Excitação; Calma) do que participantes femininos quando o alvo é dona de casa.

Os participantes atribuem mais emoções primárias negativas (Cólera; Irritação; Pânico; Exaustão; Agressão, Aversão) quando a vítima de violência doméstica é Portuguesa.

Hipótese 5: Os participantes masculinos vão atribuir menos emoções secundárias há vítima de violência doméstica não tradicional.

Os participantes masculinos atribuem mais emoções secundárias positivas (Felicidade; Deleite; Gozo; Admiração; Paixão), quando a vítima de violência doméstica é dona de casa.

**Confirmada
Parcialmente**

Não é possível visualizar diferenças entre participantes femininos e masculinos no que diz respeito a atribuição de emoções secundárias negativas (Desespero; Vergonha; Rancor; Preocupação). Todos os efeitos principais e de interação não foram significativos com $p > .05$.

Tabela 2 Síntese de resultados

Através dos dados recolhidos foi possível detetar um efeito principal de género, com os participantes masculinos a responsabilizar mais a vítima do que os participantes femininos, o que confirma a hipótese 1. Especificamente os resultado revelaram que os participantes masculinos tem uma visão tradicional da mulher (vítima). Fruto de uma cultura conservadora que leva a uma maior responsabilização das vítimas (Sanday, 2003; Anderson & Doherty 2008) que quebram as normas tradicionais de género (Glick & Fiske, 1996 Glick, Diebold & Bailey-Werner, 1997). Sendo o conhecimento das normas comum na sociedade (Burt, 1991) e usadas como forma de julgar a vítima. Relativamente à perceção não existe uma verdade única que possa impor-se aos

indivíduos, qualquer critério para distinguir o certo de errado resulta de consensos mais ou menos partilhados no contexto social em que os julgamentos são emitidos.

Com o estudo dos estereótipos associados ao tipo de mulher (vítima) foi possível verificar um efeito de interação significativo entre os estereótipos da vítima (tradicional e não tradicional) com o gênero dos participantes. O que demonstra a existência nas sociedades de estereótipos que diferenciam as mulheres em tradicionais (dona de casa) e não tradicionais (advogada) (DeWall, Baumeister, Stillman, & Gailliot, 2005) que influenciam a percepção da vítima e a classifica como “boa” ou “má”. O que cria uma expectativa nos indivíduos para um determinado resultado, proporcionando uma justificação para a maior responsabilização da vítima. Para Katz e Braley (1933, 1935), os estereótipos são crenças transmitidas pelos agentes de socialização (pais, escolas) o que explica o consenso nas relações dos grupos sociais. De certa forma revela a existência de uma dependência do contexto histórico e cultural. Como evidenciado por Glick et al. (2000), existe a tendência de idealizar as mulheres que estão em conformidade com as normas tradicionais de gênero (Valor-Segura, Expósito, & Moya, 2008). No nosso estudo a constatação de quebra das normas tradicionais de gênero e estereótipos associados à vítima (Adams, 1988; Dobash & Dobash; 1979; Margolin & Burman, 1993) leva os participantes masculinos a responsabilizar mais a vítima tradicional (dona de casa) do que as mulheres (Cassidy & Hurrell, 1995; L'Armand & Pepitone, 1982; Luginbuhl & Mulin, 1981). O que confirma a hipótese 2. A percepção negativa (má) do comportamento da vítima tradicional (dona de casa) por parte dos participantes masculinos leva também a uma manutenção das suas crenças nas normas tradicionais de gênero (Hillier & Foddy, 1993; Kristiansen & Giulietti, 1990; Pavlou & Knowles, 2001), com a violência a agir como confirmação do comportamento inadequado da vítima tradicional (Carden, 1994, Azevedo, 1985).

Em consonância com a maior responsabilização da vítima por parte dos participantes masculinos especialmente da vítima tradicional (dona de casa), ocorre um efeito principal de gênero na responsabilidade do agressor. Os participantes masculinos a desculpabilizaram mais o agressor em comparação com participantes femininos. O que confirma a hipótese 3. Segundo Simonson e Subich, (1999) e Yamawaki e Tschanz (2005) as normas tradicionais de gênero também influenciam a atitude de desculpabilizar o agressor. A constatação por parte dos participantes masculinos de quebra das normas tradicionais de gênero de certa forma vai absolver o agressor. Podemos compreender melhor os resultados através das teorias sociais e cognitivas do

mundo justo (Lerner & Simmons 1966) e atribuição defensiva (Shaver 1970). Os participantes que têm uma forte crença no mundo justo optam por responsabilizar mais a vítima e desculpabilizar o agressor, devido à crença que a vítima provocou a situação (quebra as normas tradicionais de género) e coisas “más” só acontecem a pessoas “más” (Lerner, 1980). A teoria da atribuição de defensiva baseia-se na noção de semelhança pessoal entre o observador e a vítima, neste caso os participantes femininos identificam-se com a vítima o que leva à atribuição de menos responsabilidade à vítima (Shaver, 1970) e mais responsabilidade ao agressor.

Mantendo o mesmo padrão de resultados, a análise dos dados revelou um efeito principal significativo no género dos participantes no reconhecimento da situação com violência doméstica. Os participantes masculinos reconhecem menos a situação como violência doméstica quando a vítima é Brasileira, em comparação com os participantes femininos. Deste modo a hipótese 4 foi confirmada. Segundo Schneider, Soh-Chiew e Aronson (1994) este resultado traduz a ideia que as mulheres exageram a gravidade da situação e que se ofendem facilmente. Podemos considerar também que os homens, são mais tolerantes à violência de género e desta forma é natural a ocorrência de uma minimização da situação (Nayak, Byrne, Martín, & Abraham, 2003; Newcombe, Eynde, Hafner, & Jolly, 2008, Willis, Hallinan, & Melby, 1996). O facto de a vítima pertencer a uma cultura diferente, pode contrariar a visão tradicional da mulher Portuguesa, desta forma, é percecionada fora das normas tradicionais de género.

O segundo objetivo do presente estudo procura indícios de infrahumanização através da diferenciação na atribuição de emoções secundárias dos participantes à vítima de violência doméstica (Cortes, Demoulin, Rodriguez S., Rodriguez R., & Leyens, 2005; Demoulin, Cortes, Viki, Rodriguez, A., Rodriguez, R., Paladino, & Leyens, 2009; Leyens et al. 2000; Gaunt, 2009; Ekman, 1992; Demoulin, et al., 2004; Rohmann, Niedenthal, Brauer, Castano, & Leyens, 2009).

No presente estudo foram atribuídas mais emoções primárias positivas (i. e. Alegria; Prazer; Calma) e mais emoções secundárias positivas (i. e. Felicidade; Gozo; Paixão) à vítima de violência doméstica tradicional (dona de casa) por parte dos participantes masculinos em comparação com os participantes femininos. Apesar de ser um resultado inesperado pode revelar indícios de outra forma de infrahumanizar a vítima de violência doméstica. A atribuição de mais emoções secundárias e primárias positivas pode resultar da influência dos estereótipos (Vaes, Paladino, Castelli, Leyens & Giovanazzi, 2003) e das normas tradicionais de género que criaram uma

representação social da mulher tradicional (dona de casa) desfavorável. Desta forma os participantes masculinos vêem a vítima tradicional a representar o seu papel (mulher tradicional (dona de casa)), o que segundo Eagly, Mladinic e Otto (1991) permite a associação de mais emoções positivas, e influência a percepção de situações onde existe violência doméstica.

Os resultados obtidos não permitem assim generalizar que a infrahumanização ocorre ao nível inter grupal na população alvo, mas podemos considerar que o facto de os participantes serem na sua maioria Portugueses, influencia uma maior atribuição de emoções primárias e secundárias positivas à vítima tradicional. Devido a uma cultura conservadora e o grau de familiaridade (Demoulin et al., 2004; Shaver et al., 1992) que os indivíduos têm com a mulher tradicional, que pode originar uma percepção baseado no conhecimento específico (Pettigrew, 1998) que os participantes têm. Podemos considerar que a hipótese 5 foi parcialmente confirmada na medida em que os participantes masculinos atribuíram mais emoções secundárias à vítima de violência doméstica tradicional em comparação com os participantes femininos.

Em relação à vítima não tradicional (advogada), podemos especular que quando os participantes masculinos têm conhecimento da quebra de papéis tradicionais de género, por parte da vítima não tradicional, automaticamente excluem-na do subgrupo das mulheres tradicionais (dona de casa). Desta forma, esta fica psicologicamente fora do grupo das mulheres em conformidade com as normas tradicionais de género, o que desencadeia uma menor atribuição de emoções secundárias por parte dos participantes masculinos.

Podemos concluir que a perspetiva e a assimilação de valores permitem uma construção cognitiva nos indivíduos e criar a distinção de categorias sociais, a sua organização e conseqüente valorização. Desta forma é possível manter coerência entre a estrutura de crenças do individuo e os acontecimentos observados.

Limitação do estudo e sugestões para futuros estudos

O cenário presente no questionário, permitiu a diferenciação na percepção de responsabilidade e reconhecimento de situações de violência doméstica, através do género dos participantes, estereótipos associados à vítima e grupo de pertença da vítima. Não foi possível de forma clara apresentar evidências de infrahumanização da vítima de violência doméstica, mas sim a possibilidade de ocorrer uma outra forma de

infrahumanização da vítima tradicional. Mas esta explicação necessita de mais estudos para ser comprovada.

A nossa investigação comporta algumas limitações que reportaremos de seguida. A relevância dos resultados obtidos, ficam como recomendações para estudos vindouros. A problemática da violência doméstica é complexa e um desafio, principalmente por ser um que afeta e altera toda a estrutura familiar. Por isso, muitas vezes os comportamentos violentos ficam limitados aos intervenientes.

Embora este estudo forneça importantes contribuições para o estudo dos estereótipos sobre a responsabilização da vítima, ele tem limitações. Uma limitação é que, na condição "mulher não tradicional", examinamos apenas uma profiss(advogado). Uma limitação relacionada é que examinamos apenas dois subgrupos de mulheres.

O facto de o questionário levar aproximadamente 15 minutos a realizar, levou alguns participantes a demonstrar o seu desagrado na hora de entregar, pois foi considerado por alguns, como longo. Outros participantes demonstraram também já ter preenchido questionários semelhantes.

Por fim podemos dizer que o modelo teórico apresentado funciona, mas não, sem algumas limitações. Principalmente a escolha do exo grupo relevante (Brasileiras) para o estudo, pois o aumento da migração de Brasileiros para Portugal leva a uma maior competição entre os dois grupos, como por exemplo procura de emprego e relações amorosas. Mas, uma vês que a situação demográfica do país está em mudança constata, a relevância implícita do exo grupo para os resultados obtidos neste estudo podem não refletir de forma fidedigna a situação atual devido há mudança das tendências de emigração em Portugal, como resposta há conjuntura económica atual.

Para futuras investigações sugerimos que, para além de se adotarem medidas para contornar as limitações apresentadas, seria interessante utilizar o estudo numa amostra maior. Como por exemplo a nível nacional, de forma a obter um reflexo nacional de tendências.

Implicações práticas

O crime de violência doméstica é um crime publico, isto é, torna-se desnecessário que a pessoa ofendida se queixe (embora o possa e deva fazer), já que o Ministério Público pode acionar e promover o processo-crime independentemente de queixa ou denúncia, protegendo-se assim, de uma forma ampla, a pessoa individual, a dignidade humana, a saúde física\psíquica da vítima de violência doméstica, não apenas através de

ofensas, ameaças ou injúrias, mas essencialmente através de um clima de medo, insegurança, humilhação, pela condição humana, tudo provocado pelo agente agressor, que torna num inferno, a vida dum concreto ser humano.

As implicações práticas do estudo passam por uma ajuda na melhor compreensão da violência doméstica, e auxiliar no desenvolvimento de intervenções de combate há discriminação das vítimas de violência doméstica. O resultado do presente estudo sugere que os homens, em particular, podem precisar de mais educação sobre o tema da violência doméstica e igualdade de género. Principalmente aqueles que estejam assinalados como reincidentes.

Referências bibliografia

- Adams, D. (1988). Treatment models for men who batter: A pro feminist analysis. In K. Yllo & M. Bograd (Eds.), *Feminist perspectives on wife abuse*, 176-199. Newbury Park, CA: Sage.
- Adeodato, V. G., Carvalho, R., Siqueira, V. R., Souza, F. G. M. (2005). Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. In: *Revista de Saúde Pública*, 108-113.
- Aiken, J. H., & Goldwasser, K. (2010). "The Perils of Empowerment". *Cornell Journal of Law and Public Policy* 20, 139-180.
- Alarcão, M. (2002). (Des) Equilíbrios familiares. Uma Visão Sistémica. 2ªed. Coimbra: Quarteto Editora.
- Allport, G. (1954). The nature of prejudice. Cambridge, Mass: Addison-Wesley.
- Amaral, C. G., Guimarães, R. P. A., Andrade, R. N., Frota, C. R. (2001). Antes do tapa na cara. In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Economia Doméstica e IV Encontro Latino Americano de Economia Doméstica. Viçosa, MG. P. 205-209.
- Anderson, C. A., Berkowitz, L., Donnerstein, E., Huesmann, L. R., Johnson, J., Linz, D., Malamuth, N., & Wartella, E. (2003). The influence of media violence on youth. *Psychological Science in the Public Interest*, 4, 81–110.
- Anderson, I., & Doherty, K., (2008). Accounting for Rape: Psychology, Feminism and Discourse Analysis in the Study of Sexual Violence. Sussex: Routledge.
- APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2014). “Estatísticas 2013”. Página consultada em Maio de 2013. Também disponível em: http://www.apav.pt/apav_v2/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2013.pdf

- Arias, I., & Pape, K. T. (1999). Psychological abuse: Implications for adjustment and commitment to leave violent partners. *Violence and Victims*, 14, 55–67.
- Assis S.G, Avanci J.Q, Santos NC, Malaquias J.V, Oliveira R.V.C., (2004). Violência e representação social na adolescência no Brasil. *Rev. Panam Salud Publica*. 16 (1), 43– 51.
- Azevedo, M. (1985). Violência física contra a mulher: dimensão possível da condição feminina, braço forte do machismo, face oculta da família patriarcal ou efeito perverso da educação diferenciada? In: *Mulheres espancadas: a violência denunciada*. São Paulo: Cortez, 45-75.
- Badinter, E. (1993). XY: sobre a identidade masculina. Tradução Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira.
- Bandura, A. (1977). Social Learning Theory. *New York: General Learning Press*, 22
- Bandura, A. (1983). Psychological mechanisms of aggression. In R. G. Geen & C. I. Donnerstein (Eds.), *Aggression: Theoretical and empirical reviews*. Vol. 1: Theoretical and methodological issues (pp. 1–40). *New York: Academic Press*.
- Bandura, A. (1990). Selective activation and disengagement of moral control. *Journal of Social Issues*, 46, 27–46.
- Bargh, J. A., Chen, M., & Burrows, L. (1996). Automaticity of social behaviours: Direct effects of trait construct and stereotype activation on action. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, 230–244.
- Bar-Tal, D. (1990). Group beliefs. A conception for analysing group structure, processes, and behaviour. *New York: Springer-Verlag*.

- Berkowitz, A. (2004). An Overview of the Social Norms Approach. Chapter 13 in L. Lederman, L. Stewart, F. Goodhart and L. Laitman: *Changing the Culture of College Drinking: A Socially Situated Prevention Campaign*, Hampton Press.
- Berkowitz, L. (1973). Words and symbols as stimuli to aggressive responses. In J. Knutson (Ed.), *Control of aggression: Implications from basic research* (pp. 113–143). Chicago: Aldine.
- Berkowitz, L. (1984). Some effects of thoughts on anti and pro social influence of media events: A cognitive-neoassociation analysis. *Psychological Bulletin*, 95, 410–427.
- Berkowitz, L. (1986). Situational influences on reactions to observed violence. *Journal of Social Issues*, 42, 93–106.
- Berkowitz, L., & Rogers, K. (1986). A priming effect analysis of media influences. In J. Bryant & D. Zillmann (Eds.), *Perspectives on media effects* (pp. 57–81).
- Berscheid, E., & Walster, E. (1967). When does a harm-doer compensate a victim? *Journal of Personality and Social Psychology*, 6, 435–441.
- Best, D. L., Williams, J. E., Cloud, J. M., Davis, S. W., Robertson, L. S., Edwards, J. R., Giles, H., & Fowles, J. (1977). Development of sex trait stereotypes among young children in the United States, England, and Ireland. *Child Development*, 48, 1375–1384.
- Blair, I. (2002). The malleability of automatic stereotypes and prejudice. *Personality and Social Psychology Review*, 6, 242–261.
- Bock, A. M. B., Furtado, O. & Teixeira, M. L. T. (1999). *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologias*. São Paulo: Saraiva.

- Bograd, M. (1990). Feminist Perspectives on wife abuse: An Introduction. In K. Yllo & M. Bograd (Eds.), *Feminist Perspectives on wife Abuse*. (pp. 11-26). Newbury Park, CA: Sage Publication.
- Bohner, G., Reinhard, M., Rutz, S., Sturm, S., Kerschbaum, B., & Effler, D. (1998). Rape myths as neutralizing cognitions: Evidence for a causal impact of anti-victim attitudes on men s self-reported likelihood of raping. *European Journal of Social Psychology*, 28, 257-268.
- Bandura, A. (1977). Social Learning Theory. *New York: General Learning Press*. Pag 22
- Branscombe, N. R., Owen, S., Garstka, T. A., & Coleman, J. (1996). Rape and accident counterfactuals: Who might have done otherwise and might it have changed the outcome. *Journal of Applied Social Psychology*, 26, 1042-1067.
- Bridges, J. S. (1991). Perceptions of date and stranger rape: A difference in sex-role expectations and rape-supportive beliefs. *Sex Roles*, 24, 291-307.
- Burman, M., & Cartmel, F. (2005). Young People's Attitudes Towards Gendered Violence. *NHS Health Scotland*.
- Burt, M. R. (1980). Cultural myths and supports of rape. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38, 217-230.
- Burt, M. R. (1991). Rape Myths and Acquaintance Rape. In: A. Parrot and L. Bechhofer, eds. *Acquaintance Rape: The Hidden Crime*. *New York: John Wiley and Sons*, (pp. 26-40).
- Bushman, B. J. (1998). Priming effects of media violence on the accessibility of aggressive constructs in memory. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 24, 537-545.

- Capezza, N. M. & Arriaga, X. B. (2008a). Factors associated with acceptance of psychological aggression against women. *Violence Against Women*, 14, 612–633.
- Capezza, N. M., & Arriaga, X. B. (2008b). You can degrade but you can't hit: Differences in perceptions of psychological versus physical aggression. *Journal of Social and Personal Relationships*, 25, 225–245.
- Carden, A. D. (1994). Wife abuse and the wife abuser: Review and recommendations. *The counselling Psychologist*. 22, 539-582.
- Cassidy, L., & Hurell, R. M. (1995). The influence of victim's attire on adolescents' judgments of date rape. *Adolescence*, 30, 319-324.
- Castano, E., & Giner-Sorolla, R. (2006). Not quite human: Infrahumanization in response to collective responsibility for intergroup killing. *Journal of Personality and Social Psychology*, 90, 804–818.
- Check, J. V., & Malamuth, N. M. (1983). Sex role stereotyping and reactions to depicting stranger versus acquaintance rape. *Journal of Personality and Social Psychology*, 45, 344-356.
- Corcoran, K. J., & Thomas, L. R. (1991). The influence of observed alcohol consumption on perceptions of initiation of sexual activity in a college dating situation. *Journal of Applied Social Psychology*, 21, 500-507.
- Cortes, B. P., Demoulin, S., Rodriguez, R. T., Rodriguez, A. P., & Leyens, J. P. (2005). Infrahumanization or familiarity? Attribution of uniquely human emotions to the self, the in-group, and the out-group. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 31, 253–263.
- Costa, L. F. (2003). E quando termina em mal me quer? Reflexões acerca do Grupo Multifamiliar e da Visita Domiciliar como Instrumentos da Psicologia Clínica na Comunidade. Brasília: Universal.

- Costa, M., & Duarte, C. (2000). *Violência familiar*. Porto: Âmbor Editora.
- Dantas-Berger, S. M., Giffin, K. (2005). A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? In: *Caderno de Saúde Pública*, vol.21, no.2, p.417-425. ISSN 0102-311X.
- Day, V. P., Tells, L. E. B, Zoratto, P. H., Azambuja M., Machado D., Silveira, M., Debiaggi, M., Reis, M., Cardoso, R., Blank, P. (2003). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. In: *Revista de Psiquiatria. Rio Grande do Sul*, A, vol.25 suppl.1, p.9-21. ISSN 0101-8108.
- Delgado, N., Rodriguez, P. A., Vaes, J., Leyens, P., & Betancor, V. (2009). Priming Effects of Violence on Infrhumanization. *Group Processes & Intergroup Relations*. 12(6) 699–714. doi: 10.1177/1368430209344607
- Demoulin, S., Leyens, J., Rodriguez, A. P., Rodriguez, R. T., Paladino, M. P., & Fiske, S. T. (2002). Denying human emotions to the out-group: Infrhumanization via biased reasoning about emotions. *Manuscript in preparation*.
- Demoulin, S., Leyens, J., Paladino, M. P., Rodriguez, R. T., Rodriguez, A. P., & Dovidio, J. F. (2004). Dimensions of "uniquely" and "non-uniquely" emotions. *Cognition and Emotion*, 18, 71-96.
- Dewall, C. N., Baumeister, R. F., Stillman, T. F., & Gailliot, M. T. (2005). Violence restrained: Effects of self-regulatory capacity and its depletion on aggressive behaviour. *Journal of Experimental Social Psychology*.
- Dobash, R. E., & Dobash, R. P. (1979). *Violence against wives: A case against patriarchy*. New York: Free Press.
- Dobash, R. E., & Dobash, R. P. (1992). *Women, Violence and Social Change*. London and New York: Routledge.

- Doise, W., Deschamps, J. C., & Meyer, G. (1978). The accentuation of intra-category similarities. In H. Tajfel (Ed.), *Differentiation between social groups. Studies in the social psychology of intergroup relations* (pp. 159-168). London: Academic Press.
- Dovidio, J. F., Evans, N., & Tyler, R. B. (1986). Racial stereotypes: The contents of their cognitive representations. *Journal of Experimental Social Psychology*, 22, 22-37.
- Dutton, D. G. (1998). *The Abusive Personality: Violence and Control in Intimate Relationships*. New York: Guilford Press.
- Eckes, T. (2002). Paternalistic and envious gender stereotypes: Testing predictions from the stereotype content model. *Sex Roles*, 47, 99–114.
- Ekman, P. (1992). An argument for basic emotions. *Cognition and Emotion*. Helen Fisher, *Porque Amamos- A Natureza Química do Amor Romântico, Relógio d'Água 2008*.
- Farley, N. (1992). Same Sex Domestic Violence. In S. H. Dworkin & F. J. Gutierrez (eds.). *Counselling Gay Men and Lesbians: journey to the end of the rainbow*.
- Feather, N. (1996). Domestic violence, gender and perceptions of justice. *Sex Roles*, 35, 507-519.
- Fiske, S. T. (1998). Stereotyping, prejudice, and discrimination. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske, & G. Lindzey (Dir.) *The handbook of social psychology*, New York, McGraw Hill, pages 357-411.
- Fiske, S. T., Cuddy A. J., Glick, P., & Xu, J. (2002). A model of (often mixed) stereotype content: competence and warmth respectively follow from perceived status and competition. *J. Pers. Soc. Psychol.* 82, 878–902. doi: 10.1037/0022-3514.82.6.878

- Fiske, S. T., Cuddy, A. C., & Glick, P. (2007). Universal dimensions of social cognition in: *Warmth and competence. Trends in Cognitive Sciences*, 11, 77–83.
- Fiske, S. T., & Taylor, S. E. (2008). *Social cognition: From brains to culture* New York: McGraw-Hill.
- Fiske, S. T., Xu, J., Cuddy, A. C., & Glick, P. (1999). (Dis) respecting versus (dis)liking: Status and interdependence predict ambivalent stereotypes of competence and warmth. *Journal of Social Issues*, 55, 473-491.
- Ferraro, K. (1989). Policing battered women. *Social Problems*, 36, 61-74.
- Gaunt, R. (2009). Superordinate categorization as a moderator of mutual inhumanization. *Group Processes and Intergroup Relations*, 12, 731-746.
- Geller, J. A. (1992). *Breaking Destructive Patterns: Multiple Strategies for Treating Partner Abuse*. New York: The Free Press.
- Gelles, R. J. (1993). Through a sociological lenses: Social structure and Family violence. In R. J. Gelles, & D. R. Loseke (Eds.) *Current Controversies on Family Violence*. 31- 46. Newbury Park, CA: Sage.
- Glick, P., & Fiske, S. T. (1996). The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 491-512.
- Glick, P., Diebold, J., Bailey-Werner, B. (1997). The two faces of Adam: Ambivalent sexism and polarized attitudes toward women. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 23, 1323-1334.
- Glick, P., Fiske, S. T., Mladinic, A., Saiz, J. L., Abrams, D., Masser, B., Adetoun, B., Osagie, J. E., Akande, A., Alao, A., Brunner, A., Willemsen, T. M., Chipeta, K., Dardene, B., Dijksterhuis, A., Wigboldus, D., Eckes, T., Six-Materna, I., Exposito, F., Moya, M., Foddy, M., Kim, H., Lameiras, M., Sotelo, M. J.,

- Mucchi-Faina, A., Romani, M., Sakalli, N., Udegde, B., Yamamoto, M., Ui, M., Ferreira, M. C., & Lopez, W. L. (2000). Beyond prejudice as a simple antipathy: Hostile and benevolent sexism across cultures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 79, 763–775.
- Greenwald, A. G., McGhee, D. E., & Schwartz, J. L. K. (1998). Measuring individual differences in implicit cognition: The implicit association test. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 1464 – 1480.
- Grossi, P. K., (1996). Violência contra a mulher: implicações para os profissionais de saúde. In: Lopes, Meyer de Waldow. *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 133-149.
- Hamilton, D.L., & Trolie, T.K. (1986). Stereotypes and stereotyping: An overview of The cognitive approach. In J. Dovidio & S. Gaertner (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 127-163). Orlando, FL: Academic Press.
- Hanada, H., (2007). Os psicólogos e a assistência a mulheres em situação de violência. *Dissertação apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade de S. Paulo para obtenção de título de Mestre em Ciências*.
- Haslam, N. (2006). Dehumanization: An integrative review. *Personality and Social Psychology Review*, 10, 252–264.
- Haslam, N., Rothschild, L., Ernst, D. (2000). Essentialist beliefs about social categories. *British Journal of Social Psychology*, vol. 39, pp. 113-127.
- Higgins, E. T., Rholes, W. S., & Jones, C. R. (1977). Category accessibility and impression formation. *Journal of Experimental Social Psychology*, 13, 141–154.
- Hillier, L., & Foddy, M. (1993). The role of observer attitudes in judgments of blame in cases of wife assault. *Sex Roles*, 29, 629–644.

- Jimenez, J. A., & Abreu, J. M. (2003). Race and sex effects on attitudinal perceptions of acquaintance rape. *Journal of Counselling Psychology*, 50, 252-256.
- Jodelet, D. (1989). Représentation sociales: Un domaine en expansion. In D. Jodelet (Ed.), *Les Représentation Sociales*. Paris: PUF. pp 36.
- Johnson, K. P. (1995). Attributions about date rape: Impact of clothing, sex, money spent, date type, and perceived similarity. *Family and Consumer Sciences Research Journal*, 23, 292-311.
- Josephson, W. L. (1987). Television violence and children's aggression: Testing the priming, social script, and disinhibition predictions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 882-890.
- Katz, D., & Braly, K. (1935). Racial prejudice and racial stereotypes, *Journal of Abnormal and Social Psychology*. 30, 175-193.
- Katz, D., & Braly, K. W. (1933). Racial stereotypes of one hundred college students, *Journal of Abnormal and Social Psychology*. 49, 436-439.
- Kassin, S., Fein, S., & Markus, R. S., (2008). *Social Psychology* (7th ed.). Boston, NY: Houghton Mifflin Company. pp. 185-186.
- Kashani, J. H., & Allan, W. D. (1998). The impact of family violence on children and adolescents. *Thousand Oaks, Ca: Sage*,
- Kawakami, K., Young, H., & Dovidio, J. F. (2002). Automatic stereotyping: Category, trait, and behavioural activations. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 28, 3-15.
- Kelman, H. C. (1973). Violence without moral restraint: Reflections on the dehumanization of victims and victimizers. *Journal of Social Issues*, 29, 25-61.

- Koss, M., & Hoffman, K. (2000). Survivors of violence by male partners. In R. Eisler, and Hersen, M. (Eds.), *Handbook of gender, culture, and health*, (pp 471-489). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Krahe, B. (1988). Victim and observer characteristics as determinants of responsibility attributions to victims of rape. *Journal of Applied Social Psychology*, 18, 50-58.
- Krauss, H., & Krauss, B. (1995). Domestic violence and its prevention. In L. Adler, and F. Denmark, (Eds.). *Violence and the prevention of violence*, (pp 129-144). Westport, CT: Praeger Publishers.
- Kristiansen, C. M., & Giulietti, R. (1990). Perceptions of wife abuse: Effects of gender, attitudes toward women, and just world beliefs among college students. *Psychology of Women Quarterly*, 14, 177-189. doi:10.1111/j.1471-6402.1990.tb00013.x
- Lang, P. J., Bradley, M. M., & Cuthbart, B. N. (2005). International Affective Picture System (IAPS): *Digitized photographs, instruction manual, and affective ratings. Reports*, A-6.
- Langhinrichsen-Rohling, J., & Monson, C. M. (1998). Marital rape: Is the crime taken seriously without co-occurring physical abuse? *Journal of Family Violence*, 13, 433-443.
- L'Armand, K., & Pepitone, A. (1982). Judgments of rape: A study of victim-rapist relationship and victim sexual history. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 8, 134-139.
- Leach, C. W., Ellemers, N., & Barreto, M. (2007). Group virtue: the importance of morality (vs. competence and sociability) in the positive evaluation of in-groups. *Journal of Personality and Social Psychology*, 93, 234-249.
- Lerner, M. J. (1965). Evaluation of performance as a function of performer's reward and attractiveness. *Journal of Personality and Social Psychology*, 1, 355-360.

- Lerner, M. J. (1980). *The Belief in a Just World: A Fundamental Delusion*. New York. *Plenum Press*.
- Lerner, M. J., & Matthews, J. (1967). Reactions to suffering of others under conditions of indirect responsibility. *Journal of Personality and Social Psychology*, 5, 319-325.
- Lerner, M. J., & Miller, D. T. (1978). Just world research and the attribution process: Looking back and ahead. *Psychological Bulletin*, 85, 1030-1051.
- Lerner, M. J., & Simmons, C. H. (1966). The observer's reaction to the "innocent victim": Compassion or rejection? *Journal of Personality and Social Psychology*, 4, 203-210.
- Leyens, J., Paladino, M. P., Rodríguez, T., R., Vaes, J., Demoulin, S., Rodríguez, P., A., & Gaunt, R. (2000). The emotional side of prejudice: The role of secondary emotions. *Personality and Social Psychology Review*, 4, 186–197.
- Leyens, J., Rodriguez, A. P., Rodriguez, R. T., Gaunt, R., Paladino, M. P., Vaes, J., & Demoulin, S. (2001). Psychological essentialism and the differential attribution of uniquely human emotions to in-groups and out-groups. *European Journal of Social Psychology*, 31, 395–411. doi: 10.1002/ejsp.50
- Louro, G. L. (1997). Género, sexualidade e educação. Uma abordagem pós-estruturalista. *Petrópolis: Vozes*
- Luginbuhl, J., & Mulin, C. (1981). Rape and responsibility: How and how much is the victim blamed? *Sex Roles*, 7, 547-559.
- Machado, C., & Gonçalves, A. R. (2003). *Violência e Vítimas de Crimes*. *Coimbra: Quarteto*.

- Mandel, D. R. (2003). Effect of counterfactual and factual thinking on causal judgements. *Thinking and Reasoning*, 9, 246-65.
- Manita, C., Ribeiro, C. & Peixoto, C. (2009). Violência Doméstica: Compreender Para Intervir. *Lisboa, Comissão para a cidadania e Igualdade de Género*.
- Margolin, G., & Burman, B. (1993). Wife abuse versus marital violence: Different terminologies explanations and solutions. *Clinical Psychology Review*, 13, 59-73.
- Maroco, J. (2010). Análise estatística com o PASW Statistics. 3ª Ed.
- McMahon, S. & Alexandria D. (2011). "Being in a Room with Like-Minded Men": An Exploratory Study of Men's Participation in a Bystander Intervention Program to Prevent Intimate Partner Violence." *The Journal of Men's Studies* 19 (1): 3-18.
- Menezes, A. (2000). Mulheres: fruto de dominação e fruta para libertação! In: Marlene Neves Strey et al. (Org.). *Construções e perspectivas em género*. São Leopoldo: Unisinos, (pp. 125-134).
- Miller, S. L., & Wellford, C. F. (1997). Patterns and correlates of interpersonal violence, In A. P. Cardarelli (Ed.). *Violence Between Intimate Partners: Patterns, Causes, and Effects* (pp. 16-28). Boston: Ally and Bacon.
- Morris, M., & Moore, P. (2000). The lessons we (don't) learn: Counterfactual thinking and organizational accountability after a close call. *Administrative Science Quarterly*, 45, 737-765
- Moscovici, S. (1961). La psychanalyse, son image et son publique. Paris: PUF (2º ed., 1976).
- Moscovici, S. (2003). Representações sociais: investigações em psicologia social. *Rio de Janeiro, Vozes*.

- Moscovici, S., & Pérez, J. A. (1999). A extraordinária resistência das minorias à pressão das maiorias: o caso dos ciganos. In J. Vala (Coord.), *Novos racismos: perspectivas comparativas*, (pp. 103-119). Oeiras, Portugal: Celta.
- Nayak, M. B., Byrne, C. A., Martin, M. K., & Abraham, A. G. (2003). Attitudes toward violence against women: a cross-nation study. *Sex Roles*, 49, 333-342. doi:10.1023/A:1025108103617
- Neidig, P. H., & Friedman, D. H. (1984). Spouse Abuse: A Treatment Program for Couples. *Champaign, IL: Research Press*.
- Newcombe, P., Eynde, J., Hafner, D., & Jolly, L (2008). Attributions of responsibility for rape: Differences across familiarity of situation, gender, and acceptance of rape myths. *Journal of Applied Social Psychology*, 38, 1736-1754. doi:10.1111/j.1559-1816.2008.00367.x
- Nicole, M. & Ximena B., (2008). Why do People Blame Victims of Abuse? The Role of Stereotypes of Women on Perceptions of Blame Published online: 20 June 2008. *Sex Roles*. 59:839–850 DOI 10.1007/s11199-008-9488-1
- Nunnally, C. (1978). Psychometric theory. New York: McGraw-Hill Book Company.
- Otten, S., & Stapel, D. A. (2007). Who is this Donald? How social categorization affects aggression-priming effects. *European Journal of Social Psychology*, 37, 1000 1015.
- O’Leary, K. D. (1999). Psychological abuse: A variable deserving critical attention in domestic violence. *Violence and Victims*, 14, 3–23.
- Opatow, S. (1990). Moral exclusion and injustice: An introduction. *Journal of Social Issues*, 46, 173–182.
- Osório, C., Andrade, X., Temba, E., Cristiano, J., & Levi, B. (2001). Poder e Violência: Homicídio e Femicídio em Moçambique”, *WLSA-Moçambique, Maputo*.

- Pais, E. (1998). Espaço doméstico e violência. In *Espaço S: Revista de Educação Social*, pág. 51.
- Passos, E. (1999). Palcos e plateias: as representações de gênero na Faculdade de Filosofia. Salvador: UFBA, *Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher*.
- Pavlou, M., & Knowles, A. (2001). Domestic violence: Attributions, recommended punishments and reporting behaviour related to provocation by the victim. *Psychiatry, Psychology and Law*, 8, 76-85. doi:10.1080/13218710109525006
- Pettigrew, T. F. (1998). Intergroup contact theory. *Annual Review of Psychology*, 49, 65-85
- Pierce, M. C., & Harris, R. J. (1993). The effect of provocation, race, and injury description on men's and women's perceptions of a wife-battering incident. *Journal of Applied Social Psychology*, 23, 767-790.
- Powell, G. N. (1993). *Women & Men in Management*. London: Sage.
- Rohmann, A., Niedenthal, P. M., Brauer, M., Castano, E., & Leyens, J. P. (2009). The attribution of primary and secondary emotions to the in-group and to the out-group: The case of equal status countries. *Journal of Social Psychology*, 149, 709-730. doi: 10.1080/00224540903348253
- Rothbart, M., & Taylor, M. (1992). Category labels and social reality: Do we view social categories as natural kinds? In G. Semin & F. Fiedler (Eds.), *Language, interaction and social cognition*, Thousand Oaks, California, Sage Publications, (pp. 11-36).
- Rubin, Z., & Peplau, A. (1973). Counterfactual thinking: The intersection of affect and function. *Advances in Experimental Social Psychology*, 29, 1-59.

- Rudman, L. A. (1998). Self-promotion as a risk factor for women: The costs and benefits of counter stereotypical impression management. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 629–645.
- Sackett, L. A., & Saunders, D. G. (1999). The impact of different forms of psychological abuse on battered women. *Violence and Victims*, 14, 105–117.
- Saffioti, H. I. B. (1999). O estatuto teórico da violência de gênero. In Santos, J. V. T. (org.). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec.
- Sanday, P. R. (2003). Rape-Free versus Rape-Prone: How Culture makes a difference. In C. B. Travis (ed). *Evolution, Gender, and Rape*. Cambridge: The MIT Press.
- Sani, A. (2011). Crianças Vítimas de Violência: Representações e Impacto do fenómeno. Porto, Edições Universais Fernando Pessoa
- Schneider, L. J., Soh-Chiew, J.S., & Aronson, H. (1994). Effects of victim gender and physical and psychological trauma/injury on observers' perceptions of sexual assault and its after effects. *Sex Roles*.
- Schwartz, S. H., & Struch, N. (1989). Values, stereotypes, and intergroup antagonism. In D. Bar-Tal, C. F. Graumann, A. Kriglanski & W. Stroebe (Eds.), *Stereotyping and prejudice: changing conceptions*. (pp. 151-167). New York: Springer-Verlag.
- Sedikides, C. (1997). Differential processing of in-group and out-group information: The role of relative group status in permeable boundary groups. *European Journal of Social Psychology*, 27, 121-144.
- Simonson, K., & Subich, L. (1999). Rape perceptions as a function if gender-role traditionalist and victim-perpetrator association. *Sex Roles*, 40, 617-634.

- Shaver, K. G. (1970). Defensive attribution: Effects of severity and relevance on the responsibility assigned for an accident. *Journal of Personality and Social Psychology*, 14, 101-113.
- Shaver, K. G. (1985). *The attribution of blame*. New York: Springer
- Shaver, P. R., Wu, S., & Schwartz, J. C. (1992). Cross-cultural similarities and differences in emotion and its representation: A prototype approach. In M. S. Clark (Ed.), *Emotion*. Newbury Park, CA: Sage Publications, Inc.
- Straus, M. A. (1980). A sociological perspective on the prevention of wife-beating. In M. A. Straus & G. T. Hotaling (Eds.), *The Social Causes of Husband-Wife Violence*. (pp.211-232). Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- Straus, M. A., & Gelles, R. J. (1990). *Physical Violence in American Families: Risk Factors and Adaptations to Violence, 8,145 Families*, New Brunswick, NJ: Transaction Publishers.
- Struch, N., Schwartz, S.H., (1989). Intergroup aggression: Predictors and instinctiveness from in-group bias. *Journal of Personality and Social Psychology*.
- Tajfel, H. (1969). Social and cultural factors in perception. In G. Lindzey and E. Aronson (eds), *The Handbook of Social Psychology*, 2nd ed., vol. 3. Reading, Mass: Addison-Wesley
- Tajfel, H. & Wilkes, A. L. (1963). Classification and quantitative judgement. *British Journal of Psychology*, 54, 101-114.
- Torres, T. & Espada, F. (1996). *Violencia en casa*. Madrid: Aguilar
- Vala, J., Lima, M., (2005). A cor do sucesso: efeitos da performance social e económica no branqueamento e na infrahumanização dos negros no Brasil. *Psicologia USP*, 16, 143-165.

- Valor-Segura, I., Expósito, F., & Moya, M. (2008). Atribución del comportamiento del agresor y consejo a la víctima en un caso de violencia doméstica [Attribution of the aggressor's behaviour and advice to the victim in a case of domestic violence]. *Revista de Psicología Social*, 23, 171-180. doi:10.1174/021347408784135896
- Vaes, J. (2006). "They" are Less Human than "We" are: Modern Prejudice in Human Terms. *Cahiers de l'Urmis*, 10/11, 9-15.
- Viki, G. T., & Abrams, D. (2002). But she was unfaithful: Benevolent sexism and reactions to rape victims who violate traditional gender role expectations. *Sex Roles*, 47, 289-293.
- Weary, G. & Edwards, J. A. (1994). Individual differences in casual uncertainty. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67, 308- 318.
- West, C. & Zimmerman, D. H. (1991). "Doing gender". In J. Lorber & S. A. Farrell (Eds.), *The social construction of gender*. California: Sage Publications, Inc.
- Willis, C. E., Hallinan, M. N., & Melby, J. (1996). Effects of sex role stereotyping among European American students on domestic violence culpability attributions. *Sex Roles*, 34, 475- 491. doi:10.1007/BF01545027
- Willis, J., & Todorov, A. (2006). First impressions: making up your mind after 100 ms exposure to a face. *Psychol. Sci.* 17, 592–598. doi:10.1111/j.1467-9280.2006.01750.x.
- Witte, T. H., Schroeder, D., & Lohr, J. (2006). Blame for intimate partner violence: An attribution analysis. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 25, 647–668.
- Wittenbrink, B., Judd, C. M., & Park, B. (2001). Spontaneous prejudice in context: Variability in automatically activated attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 81, 815–827.

- Wojciszke, B., Bazinska R., & Jaworski M. (1998). On the dominance of moral categories in impression formation. *Pers. Soc. Psychol. Bull.* 24, 1245–1257. doi:10.1177/01461672982412001.
- Wong, P. T. P., & Weiner, B. (1981). When people ask “why” questions, and the heuristics of attribution research. *Journal of Personality and Social Psychology*, 41, 650-663.
- Yllo, K. R. (1993). Through a feminist lens: Gender, power, and violence. In R. J. Gelles, & D. R. Loseke (Eds.), *Current Controversies on Family Violence*. (pp. 31-46). Newbury Park, CA: Sage.
- Yamawaki, N., & Tschanz, B. T. (2005). Rape perception differences between Japanese and American college students: On the mediating influence of gender-role traditionality. *Sex Roles*, 52, pp. 379-392.
- Yamawaki, N. (2007). Rape Perception and the Function of Ambivalent Sexism and Gender-Role Traditionality. *Journal of Interpersonal Violence*, 22 pp. 1-18

Anexo 1 - Questionário

Índice de Anexos

Cenário.....	53
Responsabilidade da Mulher e Agressor.....	54
Reconhecimento de Violência Doméstica.....	55
Infrahumanização "Emoções primárias e secundárias".....	56

Este questionário insere-se num projeto de investigação, no âmbito do mestrado em Psicologia Social. Não existem respostas certas ou erradas, pretendemos apenas saber a sua opinião. Deste modo, pedimos-lhe que seja sincero nas suas respostas. O preenchimento do questionário tem a duração máxima de 20 minutos. Salientamos ainda, que a sua colaboração deverá ser **voluntária** e que poderá interromper se assim o entender. Os dados obtidos neste questionário são **anónimos** e **confidenciais**, pelo que não terá de se identificar. No final do preenchimento estaremos disponíveis para qualquer esclarecimento sobre a investigação. Obrigado pela sua colaboração.

Cenário

Abaixo apresenta-se um episódio, que corresponde à transcrição de uma chamada telefónica de uma mulher para uma linha de apoio a vítimas. Depois de ler atentamente responda às questões.

»O meu nome é Beatriz, ... desculpe-me, mas... estou muito nervosa e não sei por onde começar. Sou Portuguesa, dona de casa, estou casada há dez anos e tenho 2 filhos. A relação com o meu marido era normal, já sabe, às vezes discutimos e isso, mas suponho que é igual em todas as relações...mas nunca tínhamos chegado a isto...Ontem à noite o meu marido viu que estava a conversar online com um amigo no facebook, com quem sempre mantive uma boa relação, e que, por estar na cidade por alguns dias, quis convidar-me para jantar, e eu acabei por aceitar. Mas quando tentei explicar ao meu marido...ele começou a insultar-me, e, agrediu-me com uma bofetada. Nunca imaginei que a pessoa em quem eu mais confiava me traísse assim. Agora não posso sair de casa sem ele e começou a controlar tudo o que faço, no computador e no telemóvel. As discussões eram, cada vez mais, frequentes, mas esta foi a pior de todas. Tenho medo que, *se ficar em casa*, este tipo de situação se repita, mas também temo abandoná-lo. O que posso fazer?»

Responsabilidade da Mulher e Agressor

Agora, responda, por favor, às questões relativas à história. Considere para cada item uma escala crescente de 1 (*Discordo muito*) a 7 (*Concordo muito*).

		Discordo				Concordo		
		muito				muito		
RM1	A Beatriz poderia ter evitado esta situação.	1	2	3	4	5	6	7
RM2	A Beatriz é responsável pela situação.	1	2	3	4	5	6	7
RM3	Na verdade, a Beatriz desejou uma relação sexual com o amigo.	1	2	3	4	5	6	7
RM4	A Beatriz estava a testar o amor do cônjuge.	1	2	3	4	5	6	7
RM5	A Beatriz falou com o cônjuge de uma forma provocadora.	1	2	3	4	5	6	7
RM6	Se a Beatriz não se tivesse falado daquela forma, nada disto teria acontecido.	1	2	3	4	5	6	7
RM7	Aceitar sair com o amigo não foi correto.	1	2	3	4	5	6	7
RM8	Uma mulher casada não aceita jantar sozinha com um amigo.	1	2	3	4	5	6	7
RM9	O cônjuge não compreendeu o comportamento da Beatriz, os seus desejos e intenções.	1	2	3	4	5	6	7
RM10	Mesmo que quisesse, o cônjuge não era capaz de controlar-se.	1	2	3	4	5	6	7
RM11	É óbvio que o cônjuge ama bastante a Beatriz.	1	2	3	4	5	6	7
RM12	E óbvio que o cônjuge está verdadeiramente apaixonado pela Beatriz.	1	2	3	4	5	6	7
RM13	O cônjuge tem problemas psicológicos.	1	2	3	4	5	6	7
RM14	O cônjuge é responsável pelo incidente.	1	2	3	4	5	6	7

Reconhecimento de Violência Doméstica

AAV 1	Em que medida sente que a situação foi violenta?							
Nada violenta	1	2	3	4	5	6	7	Muito violenta
AAV 2	Em que medida sente que a Beatriz terá traumas psicológicos por esta situação?							
Nada traumatizada	1	2	3	4	5	6	7	Muito traumatizada
AAV 3	Até que ponto as ações do José foram uma violação aos direitos da Beatriz?							
Nenhuma violação	1	2	3	4	5	6	7	Violação total
AAV 4	Qual o seu nível de certeza de que este incidente seria considerado violência domestica?							
Nenhuma certeza	1	2	3	4	5	6	7	Muita certeza
VBS1	Em que medida a Beatriz teve controlo desta situação?							
Nenhum controlo	1	2	3	4	5	6	7	Controlo total
VBS2	Em que medida a Beatriz gostou desta situação?							
Não gostou	1	2	3	4	5	6	7	Gostou muito
VBS3	Neste caso, em que medida a Beatriz foi obrigada a envolver-se na discussão?							
Nada obrigada	1	2	3	4	5	6	7	Muito obrigada
VBS4	Qual o nível de interesse da Beatriz em ter irritado o marido?							
Nenhum interesse	1	2	3	4	5	6	7	Muito interesse

Infrahumanização "Emoções primárias e secundárias"

Indique nas duas tabelas a frequência com que a Beatriz sente cada uma das emoções seguintes (1 corresponde a muito pouco e 7 sempre).

E15	Felicidade	1	2	3	4	5	6	7
E16	Deleito	1	2	3	4	5	6	7
E17	Gozo	1	2	3	4	5	6	7
E18	Admiração	1	2	3	4	5	6	7
E19	Paixão	1	2	3	4	5	6	7
E20	Melancolia	1	2	3	4	5	6	7
E21	Resignação	1	2	3	4	5	6	7
E22	Desespero	1	2	3	4	5	6	7
E23	Vergonha	1	2	3	4	5	6	7
E24	Rancor	1	2	3	4	5	6	7
E25	Preocupação	1	2	3	4	5	6	7
E26	Culpabilidade	1	2	3	4	5	6	7
E27	Alegria	1	2	3	4	5	6	7
E28	Prazer	1	2	3	4	5	6	7

E1	Excitação	1	2	3	4	5	6	7
E2	Calma	1	2	3	4	5	6	7
E3	Surpresa	1	2	3	4	5	6	7
E4	Vigor	1	2	3	4	5	6	7
E5	Aversão	1	2	3	4	5	6	7
E6	Cólera	1	2	3	4	5	6	7
E7	Irritação	1	2	3	4	5	6	7
E8	Pânico	1	2	3	4	5	6	7
E9	Exaustão	1	2	3	4	5	6	7
E10	Agressão	1	2	3	4	5	6	7
E11	Medo	1	2	3	4	5	6	7
E12	Nojo	1	2	3	4	5	6	7
E13	Raiva	1	2	3	4	5	6	7
E14	Tristeza	1	2	3	4	5	6	7

Preencha o campo seguinte com os seus dados.

Género: ☐ Feminino ☐ Masculino

Idade: _____ anos

Estado Civil ☐ Solteiro ☐ ☐ União de ☐ ☐ Outro

(a) Casado(a): Facto Viúvo(a)

Habilitações

Área de Formação: _____

Literárias _____

Profissão:

Naturalidade: _____

Língua materna: ☐ Português ☐ Outra:

Obrigado pela sua colaboração!